

retrato

doBRASIL



WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R\$ 8,00 | Nº 24 | JULHO DE 2009

BOAL O dramaturgo dos oprimidos se foi. Mas seu teatro ainda vive

TRABALHO Acabou a queda do desemprego e a recuperação de renda?

TORTURA Com Bush, ela foi legalizada. Obama vai continuar com isso?

PETROBRAS, O NOVO ALVO DA GRANDE MÍDIA

OS GRANDES JORNAIS CONSERVADORES APOSTAM NA "CPI DA PETROBRAS". NOSSO PONTO DE VISTA NA PÁGINA 6



Pernambuco na Copa. Gol de placa do nosso Estado.

Está valendo. Pernambuco foi escalado para a Copa do Mundo de 2014. Agora, é tirar a camisa canarinho da gaveta e mostrar ao mundo o quanto essa torcida é apaixonada pelo futebol. A Cidade da Copa, na Região Metropolitana do Recife, será um patrimônio dos pernambucanos para além desse torneio. Um gol de placa para o desenvolvimento do Estado. Um título inesquecível para a torcida correr pro abraço.

**É COM TRABALHO QUE
PERNAMBUCO SE TRANSFORMA.**

GOVERNO DE
Pernambuco



retrato

doBRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | Nº 24 | JULHO DE 2009

06 Ponto de Vista A FONTE QUE FALA

A Petrobras colocou na rede um blog que mostra o que os jornalistas perguntam e ela responde. A grande mídia conservadora reclamou. Por quê?

09 LUZ E SOMBRA

O governo elaborou um projeto de lei que trata dos arquivos do período da ditadura militar. Apesar de alguns avanços, ele recebe muitas críticas [Marina Amaral]

12 ERA POUCO... E SE ACABOU?

Com o desemprego em queda, havia perspectivas de melhora para os trabalhadores. A crise interrompeu esse processo. O que virá? [Tânia Caliar]



16 A QUESTÃO DO RECIFE

A capital pernambucana é uma das mais violentas do País. E as iniciativas do governo estadual para reduzir a criminalidade ainda estão distantes de atingir seu objetivo [Léo Arcoverde]

20 O IMPÉRIO EM XEQUE

O dólar oscila e sinaliza que a ampla hegemonia dos EUA está sob ameaça [Rama Vasudevan / Monthly Review]

30 A PRETENSÃO CHINESA

O presidente do Banco Central da China propôs uma alternativa para o dólar. Ele fala sério? [Marcos Antonio Macedo Cintra]

33 A LEGALIZAÇÃO DA TORTURA

Barack Obama vai desmontar o sistema de "técnicas avançadas de interrogatório" que Bush e seus advogados criaram? [Natália Viana]

36 MECENATO COM RECURSO ALHEIO

Em entrevista exclusiva, o ministro Juca Ferreira diz que a Lei Rouanet, do jeito que está, beneficia apenas um punhado de grandes empresas [Antônio Carlos Queiroz e Raimundo Rodrigues Pereira]

40 O ARTISTA DOS OPRIMIDOS

Augusto Boal, falecido em maio, foi o criador de grupos de teatro vinculados à vida do povo humilde. Uma representação artística tão elaborada quanto a de Brecht [Lia Imanishi]



CAPA Pedro Ivo Sartori

46 EXTERMINADORES DO PASSADO

A utilidade da internet é indiscutível. Reviver por meio dela a aldeia global, no entanto, é como escravizar as almas do presente com uma ideia do passado [Flávio de Carvalho Serpa]

49 NO MEIO DO CAMINHO

As empresas não investem, e o apoio estatal à ciência brasileira, apesar de ter crescido, ainda é pouco para tornar o País uma potência no setor [Rafael Hernandes]



ERRATA

Na edição anterior, no artigo "Um atlas contra o arcaísmo", o mapa da página 37 foi publicado com erro na legenda. Aqui, reproduzimos o mapa corretamente.

- Concentração das famílias assentadas pelos governos por meio da política de assentamentos rurais
- Concentração das ocupações de terra realizadas pelos movimentos camponeses
- Alto grau de especialização no agronegócio da soja, milho e algodão
- Principal região agropecuária do País



EXPEDIENTE

SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira **EDIÇÃO** Armando Sartori **REDAÇÃO** Carlos Azevedo • Lia Imanishi • Rafael Hernandes • Sônia Mesquita • Tânia Callari
EDIÇÃO DE ARTE Ana Castro • Pedro Ivo Sartori **REVISÃO** Sílvio Lourenço • Gabriela Ghetti • Bruna Bassette [OK Linguística] **COLABORARAM NESTA EDIÇÃO** Alex Silva • Antônio Carlos Queiroz • Flávio de Carvalho Serpa • Léo Arcoverde • Marcos Antonio Macedo Cintra • Marina Amaral • Natália Viana • Paulo César Lima • **Retrato do BRASIL** é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORA MANIFESTO S.A. PRESIDENTE Roberto Davis **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** Marcos Montenegro **DIRETOR EDITORIAL** Raimundo Rodrigues Pereira
GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas **REPRESENTANTE EM BRASÍLIA** Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho

OPERAÇÃO EM BANCAS • ACESSORIA EDICASE [www.edicase.com.br] **DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS** Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora S/A MANUSEIO FG Press

TIRAGEM 20 mil exemplares [Tiragem auditada pela BDO Trevisan Auditores Independentes]

fale conosco:

WWW.RETRATODOBRASIL.COM

ASSINATURAS

vendas@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

assinatura@retratodobrasil.com
tel. 31 | 3281 4431
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

PARA ANUNCIAR

comercial@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

CIRCULAÇÃO EM BANCAS

circulacao@retratodobrasil.com

EDIÇÕES ANTERIORES

vendas@retratodobrasil.com

REDAÇÃO

redacao@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3814 9030

CARTAS À REDAÇÃO

www.retratodobrasil.com
cartas@retratodobrasil.com
rua fidalga, 146 conj.42
cep 05432-000 são paulo - sp

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine.

Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.



Ponto de vista:

A FONTE QUE FALA A grande mídia conservadora acha que a Petrobras não tem direito de decidir o que o público deve saber a seu respeito

1. QUAL A RELEVÂNCIA DA “CPI DA PETROBRAS”?

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional deve, em tese, partir de fatos bem caracterizados e graves. E é, ainda em tese, instrumento para a investigação de grandes problemas vividos pelo País. Se é assim, o que deveria ser a “CPI da Petrobras”, aprovada no plenário do Senado Federal? Qual é o problema grave, com repercussão nacional, vivido pela empresa?

É, por exemplo, o rebaixamento de sua nota na classificação de risco da agência Standard & Poor’s, que pode implicar um prejuízo sério para a empresa – a elevação dos juros para seu ambicioso projeto de financiamento da exploração de petróleo nas águas ultraprofundas do pré-sal, onde ela descobriu uma das maiores reservas mundiais do óleo? É o fato de o debate sobre as regras para exploração dessas extraordinárias reservas, de tanta importância para o País, estar sendo feito quase em surdina, sem que as posições existentes sejam suficientemente divulgadas? É o fato de as multinacionais do petróleo estarem pressionando o governo, por meio da influência que têm na mídia, para que essas regras estejam de acordo com seus interesses?

O fato motivador da CPI, no entanto, não é nenhum dos graves problemas apontados. Para a investigação pelo Congresso, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), autor do pedido, juntou, como ele mesmo disse aos jornais, “tudo o que tinha de ação envolvendo a Petrobras e a ANP” (Agência Nacional do Petróleo): inquéritos da Polícia Federal, auditorias do Tribunal de Contas da União e ações do Ministério Público, incluindo desde contratos grandes da empresa, como os da construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, de cerca de 6 bilhões de reais, até o relacionado com 44 prefeituras da Bahia que receberam, em média, cada uma, 70 mil reais para a promoção de festas juninas em troca da exibição da logomarca da empresa.

E, para a aprovação do requerimento, a oposição aproveitou-se de um certo clima de escândalo, criado pelo noticiário dos três grandes jornais diários do País – O

Globo, *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo* –, entre os dias 10 e 15 de maio, em torno do fato de a Petrobras ter mudado o mecanismo de cálculo do recolhimento dos tributos que paga à Receita Federal. A empresa trocou o chamado “regime de competência”, quando receitas e custos para o cálculo do lucro são registrados no momento em que as transações são formalmente contabilizadas, pelo “regime de caixa”, quando esse cálculo é feito no momento em que as referidas transações de fato entram e saem dos cofres da empresa. Com a operação, neste momento de crise de crédito aguda, a Petrobras deixou de recolher três meses de contribuições ao fisco e manteve os recursos em seu caixa – cerca de 4 bilhões de reais. Segundo estudo divulgado no dia 12 de junho pelo diário *Valor Econômico*, a manobra contábil da empresa “pode ter sido seguida pela maioria dos grandes contribuintes do País”. O estudo é de José Roberto Afonso, consultor do PSDB e apontado pelo governador de São Paulo, José Serra, como o maior entendido em contas públicas do País. Afonso diz que “uma hipótese forte” para o não recolhimento de impostos de forma tão ampla como constatou ao examinar as contas do País pode ser o fato de que “não recolher tributos” tornou-se “uma forma de acesso a crédito”. “Neste caso, em que o fisco assume o papel de banco, a vantagem do contribuinte é que ele decide (se recolhe ou não) e não tem por que esperar o gerente do banco.”

Apoiada num arrastão de investigações menores e já em curso e aproveitando-se de um escândalo que, tudo indica, inexistente, até onde irá a CPI? Ela foi considerada aprovada a partir da leitura, em plenário do Senado, do requerimento do senador Dias para sua instalação, feita pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no dia 15 de maio. Trinta e dois senadores assinaram o requerimento – cinco a mais que o necessário – e apenas dois retiraram esse apoio até a meia-noite daquele dia, prazo final para a verificação da quantidade mínima regimental exigida, 27 assinaturas. Até meados de junho, a CPI ainda não havia sido instalada, formalidade que exige a indicação, pelos partidos, de todos os seus sete integrantes, o que já havia sido feito,

e de uma reunião formal da maioria desses parlamentares, isso ainda pendente de acertos entre a base de apoio ao governo e a bancada da oposição.

Mas, a essa altura, a CPI já funcionava para os grandes diários conservadores do País, que se adiantaram nas investigações, com títulos destacados, como: “Muita política e pouca transparência – CPI vai investigar uma Petrobras com nova dimensão política e econômica que faz 80% das compras sem licitação” (*O Globo*), “Doações fragilizam investigação – empreiteiras vinculadas à Petrobras pagaram campanha de senadores” (*O Estado de S. Paulo*) e “Petrobras favorece empresa ligada ao PT da Bahia” (*Folha de S.Paulo*).

No fim de maio, a Petrobras publicou um informe publicitário nos jornais para contestar o noticiário a seu respeito, dizendo que o fazia “em face dos esclarecimentos públicos reiteradamente prestados, que vêm sendo suprimidos de maneira condenável por alguns meios de comunicação, de forma a distorcer fatos e levar aos leitores informações incompletas e que induzem ao erro sobre as atividades da empresa”. Dias depois, dando um passo à frente no seu contra-ataque à campanha de denúncias, a empresa criou um blog na internet (imagem na pág. ao lado) para defender-se, publicando, na íntegra, suas respostas às questões levantadas pela mídia. Com um detalhe: de início, não respeitou os prazos de publicação das matérias relativas às questões sobre as quais era inquirida – os jornais perguntavam à empresa e ela respondia logo em seguida, para o público. Posteriormente, passou a divulgar as perguntas e respostas à zero hora do dia anunciado pelos jornalistas como programado para a publicação dos textos. O procedimento levou a um debate extraordinário.

2. O QUE OS JORNAIS ENTENDEM COMO SIGILO DA FONTE

O Globo, o diário carioca da família Marinho, foi o primeiro a reagir, num editorial de 9 de junho: “A Petrobrás decidiu, de maneira agressiva, antiética e ilegal, tentar acuar *O Globo*, a *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, jornais que, por dever de ofício, acompanham com a atenção devida as

evidências de desmandos na administração da companhia". O jornal falou a seguir da criação do blog pela empresa e disse depois que a Petrobras divulgara, na sexta-feira anterior, informações que prestara para "uma reportagem que seria publicada n'O Globo de domingo, numa assombrosa quebra do sigilo que precisa existir no relacionamento entre imprensa e fonte prestadora de informações".

No dia seguinte, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), por meio de Júlio César Mesquita, vice-presidente da organização, responsável por seu chamado Comitê de Liberdade de Expressão, divulgou nota com o mesmo tom: "Numa canhestra tentativa de intimidar jornais e jornalistas, a empresa criou um blog no qual divulga as perguntas enviadas à sua assessoria de imprensa pelos jornalistas antes mesmo de publicadas as matérias às quais as perguntas se referem, numa inaceitável quebra da confidencialidade que deve orientar a relação entre jornalistas e suas fontes". E, ainda no mesmo dia, o *Estadão*, da família do mesmo Mesquita, no seu editorial principal, disse que a Petrobras "viola a tradicional relação entre fontes e jornalistas, de respeito, pelas primeiras, da pauta apresentada pelos profissionais de imprensa. O objetivo da Petrobras é, claramente, matar as reportagens e banalizar o trabalho investigativo dos jornalistas".

No fim da semana, a argumentação contra o blog foi completada pelo semanário *Época*, do grupo de *O Globo*. A revista disse que o gesto da Petrobras era "sem precedentes" e funcionava "como intimidação ao trabalho dos jornalistas". Primeiro porque "publicar as respostas na íntegra equivale a pôr em dúvida o trabalho intelectual de seleção e edição das informações exercido por todo bom jornalista", e, depois, porque, ao fazer isso, as informações dos jornalistas "ficavam expostas aos concorrentes".

A argumentação se pretende uma defesa da liberdade de expressão, em geral. No fundo, é a defesa do direito dos negócios da imprensa brasileira atual. Começemos pela discussão do chamado sigilo da fonte. A grande mídia conservadora defende esse direito de modo oportunístico. No fim de 2006, exatamente na véspera do primeiro turno das eleições presidenciais, os

Fatos e Dados

Entrevista do presidente da Petrobras à Revista Newsweek
Junho 15, 2009 by Blog Fatos e Dados Petrobras

 A China superou os Estados Unidos como o maior parceiro comercial do Brasil, e a Petrobras, gigante do setor de energia brasileiro, contraiu um empréstimo de US\$ 10 bilhões do Banco de Desenvolvimento da China, concebido para financiar os acordos de petróleo sem utilizar o dólar. O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli de Azevedo, voou até Pequim com o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, para finalizar o negócio.

Ele falou com a repórter Manuela Zoninsein, da Newsweek, sobre o relacionamento com a China.

Trechos:
Como a crise financeira estreitou a relação Brasil-China, e isso foi feito em detrimento dos laços Brasil-EUA?
A crise econômica mundial motivou que o mercado de crédito se tornasse mais seletivo, restringindo o acesso ao crédito e às fontes de financiamento, particularmente nos EUA, onde a crise das subprime veio à tona. A China se tornou um grande centro financeiro, interessado em diversos países ao redor do mundo.

[Leia o resto deste post »](#)

Tags: brics, china, empréstimo, gabrielli, newsweek
Publicado em Uma Nova Era de Energia | 2 Comentários »

Neste blog, apresentaremos fatos e dados recentes da Petrobras e o posicionamento da empresa sobre as questões relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Leia, comente e divulgue para seus amigos.

Sobre o blog

Últimas postagens

- Entrevista do presidente da Petrobras à Revista Newsweek
- Outras opiniões - Laurindo Leal Filho
- Outras opiniões - Veríssimo
- Resposta da Petrobras ao jornal Correio da Bahia
- Ombudsman da Folha e o blog da Petrobras

Siga o blog no Twitter

Leia a entrevista do presidente da Petrobras para a revista Newsweek!
<http://tinyurl.com/mkufrw>
21 minutos ago

Busca

Categorias

- Artigos
- Bastidores da CPI
- Estabelecimento
- Histórias de Vida
- Informe
- Opinião
- Respostas à Imprensa
- Uma nova Era de Energia

mesmos três grandes jornais defenderam esse direito para publicar mentiras que um delegado da Polícia Federal lhes disse com o propósito de divulgar, ilegalmente, fotos de dinheiro apreendido com petistas presos. O delegado passou as fotos para os jornalistas dessas empresas e pediu a eles que dissessem tê-las recebido de outras fontes, o que eles fizeram. Contra esse comportamento se insurgiram publicações como *CartaCapital* e *Retrato do Brasil*. Nosso argumento, posteriormente desenvolvido quando a polêmica acabou chegando à Justiça, é o de que o sigilo da fonte não é absoluto; não pode, por exemplo, ser alegado para encobrir a mentira.

Quando se fala em "sigilo da fonte", entende-se isso como o direito de o jornalista manter em sigilo a fonte de suas informações, as quais o jornalista deve crer serem relevantes e, até prova em contrário, verdadeiras. No caso da polêmica sobre o blog da Petrobras, os veículos da grande mídia conservadora pretendem que o sigilo da fonte seja outra coisa, um absurdo: o direito que eles teriam de interrogar alguém na hora que quiserem e, ao fazê-lo, adquirir também o direito de impedir que esse alguém divulgue as respostas

que dá, assim como as perguntas que recebe. Por que a grande mídia conservadora teria esse direito?

Na polêmica sobre o blog da Petrobras, a revista *Época* afirmou que "nenhuma empresa tem a independência necessária para decidir que informações a respeito de si mesma têm interesse para o público" e que "esse é o papel da imprensa". Ora, é claro que é papel da imprensa decidir que informações sobre qualquer pessoa ou empresa têm interesse para o público. Mas é um absurdo pretender que as empresas jornalísticas tenham esse monopólio. Qualquer pessoa ou qualquer empresa pode – e evidentemente deve ter o direito – de decidir que informações a seu respeito devem ser tornadas públicas.

A grande mídia se trai quando argumenta que suas perguntas não devem ser divulgadas de imediato para não serem "expostas aos concorrentes". Com isso está dizendo que sua preocupação são os negócios. Mas, deve-se perguntar, que compromisso uma pessoa ou empresa que é interrogada por um jornalista é obrigada a ter com quem a interroga? Por que não pode revelar o que lhe perguntam, na hora em que bem entender? E, considerando

que a pergunta feita é de interesse público, por que não responder a ela publicamente, mesmo que isso interfira na disputa comercial que os jornais têm entre si? Que obrigação ela tem com relação ao empreendimento comercial para o qual o jornalista trabalha?

3. O QUE OS GRANDES JORNAIS CONSERVADORES PRETENDEM

Em outra conjuntura, em 1957, como lembrou o jornalista Varon Cadena, que tem um blog na internet, o Congresso brasileiro instalou uma CPI que investigou, e provou, a relação das multinacionais de petróleo americanas, a Esso e a Shell, com os esforços que tinham sido desenvolvidos contra a criação da Petrobras no governo de Getúlio Vargas, em 1953. Na época, diz Cadena, as duas multinacionais, por meio de agências de publicidade, como a McCann-Erickson e a J.W. Thompson, “bonificavam a imprensa amiga com generosas verbas de publicidade” em troca de um noticiário contrário à campanha “O petróleo é nosso”, que levou à lei de criação da estatal brasileira de petróleo. Aliás, a lei foi sancionada por Vargas um ano antes de sua morte trágica, na qual a imprensa conservadora teve papel central, com sua campanha de denúncias contra o presidente. E a CPI de 1957 só saiu porque, com a morte de Vargas, houve intensa mobilização popular e os conservadores perderam as eleições presidenciais de 1955, quando se elegeu Juscelino Kubitschek pela coligação PTB-PSD, derrotando Juarez Távora, da UDN.

O negócio do petróleo, como se sabe, é uma arena de ferozes disputas. A Petrobras é um dos gigantes nesse ambiente. Seu controle estatal existe, do ponto de vista político, porque é o governo brasileiro que nomeia toda a sua direção executiva e seu conselho de administração. Mas o controle estatal das ações da companhia é precário. Numa lista das 20 maiores empresas do setor publicada pela revista *The Economist* em abril de 2005, 11 (de Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait, Venezuela, União dos Emirados Árabes, Líbia, Nigéria, México, Qatar e Argélia) tinham 100% de suas ações em mãos do Estado, e, das outras três com controle estatal, o governo brasileiro era o país



que tinha a menor fatia em sua petroleira: apenas 32% do total das ações da Petrobras. A China tem 90% das ações da PetroChina, e a Rússia, 73% das ações da Gazprom.

Do total das ações privadas da Petrobras, cerca de 50% estão nas mãos do capital estrangeiro, depois do esforço de privatização desenvolvido pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor de Mello. As seis empresas privadas da lista – Exxon Mobil e Chevron Texaco, americanas; Lukoil e Yukos, russas; British Petroleum, britânica; e Total, francesa – tinham reservas relativamente pequenas, abaixo de 16 milhões de barris, faixa na qual se situa metade das empresas. Além do mais, ano a ano têm perdido posição e estão, portanto, em uma luta de sobrevivência para aumentá-las.

Nesse contexto, as reservas brasileiras estão em disputa. Com as do pré-sal já descobertas, a Petrobras pulou dos últimos lugares entre as 20 maiores para o meio da lista. Pode ser que haja muito mais petróleo ainda e que as reservas brasileiras passem a ser das maiores do mundo. Como divulgamos em nossa edição nº 15 (“Uma proposta para o pré-sal”), em entrevista com um dos maiores especialistas do País na questão energética, Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo (USP), a suspensão da política liberal de concessões para exploração do petróleo é aspiração de uma ampla frente de forças populares. O propósito da entrevista foi a homenagem a Sauer por diversas entidades de trabalhadores e engenheiros, pela Ordem dos Advogados do Brasil, pela Associação Brasileira de Imprensa e por personalidades do movimento democrático, nacional e popular.

Como se sabe, a partir de 2007, depois de um esforço técnico e científico de décadas, a Petrobras acabou por achar petróleo

em todos os poços que perfurou nas concessões que tem na gigantesca formação rochosa conhecida como microbiólito, de cerca de 200 quilômetros por 800 quilômetros de extensão, originada com a separação dos continentes africano e americano. Sauer foi diretor da Petrobras quando a empresa pediu ao presidente da República a suspensão de todas as concessões na área do pré-sal. Inúmeras concessões já haviam sido feitas nessa área, várias delas para empresas estrangeiras. Na entrevista a *Retrato do Brasil*, Sauer apontou um problema óbvio. As concessões tinham sido feitas com cláusulas voltadas para premiar o risco exploratório. Com as descobertas da Petrobras, disse Sauer, é absolutamente justo considerar o risco inicial, justificador dos contratos, como não mais existente.

A questão, agora, é dimensionar a quantidade de petróleo que existe na área sabidamente petrolífera. Sauer, então, propôs que o governo brasileiro contrate a Petrobras para o levantamento inicial dessas reservas e, ao mesmo tempo, inicie o debate para decidir sobre a forma de explorar os recursos. Sem um debate nacional, sem grande participação popular, diz ele, corre-se o risco de haver uma reforma da lei do petróleo como a feita no setor elétrico, que acabou gerando, em cinco anos, um favorecimento de cerca de 10 bilhões de reais para os consumidores do chamado mercado livre de energia, que a reforma não desmontou. No setor do petróleo, o prejuízo pode ser de dezenas de bilhões de reais por ano, disse Sauer a *RB*.

Recentemente, em seminário do PDT, o partido criado pelo herdeiro de Vargas, o famoso Leonel Brizola (1922-2004), o deputado Brizola Neto (PDT-RS) defendeu as ideias de Sauer e as transformou em projeto de lei. O deputado diz, com razão: o Brasil vai leiloar um bem que não conhece direito; por que não faz um inventário desses recursos antes, como Sauer propõe?

Há muito que investigar no setor de petróleo no Brasil, e a CPI da oposição e os grandes veículos da mídia liberal conservadora não estão preocupados em investigar o que é mais relevante. Querem calar a Petrobras para completar a operação que visa assumir o seu controle. ■

Arquivos da ditadura:

Observados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil, e José Serra, governador de São Paulo, cumprimentam-se efusivamente na cerimônia realizada no Itamaraty em meados de maio, quando é encaminhado ao Congresso o projeto governamental da Lei de Acesso à Informação. Estampada nos jornais, a imagem tornou-se símbolo do compromisso dos pré-candidatos à Presidência com o resgate da memória nacional, reforçado pelas declarações à imprensa dos senadores Arthur Virgílio, do PSDB, e Aloísio Mercadante, do PT, prometendo empenho na aprovação da medida.

O caráter suprapartidário, destacado nos discursos das autoridades, explica-se também pelo lado negativo, ou seja, pelo fracasso dos governos de PSDB e PT em retirar do sigilo boa parte dos documentos da ditadura militar. “O projeto veio em boa hora”, avalia o advogado Marco Antonio Barbosa, presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. “Ao definir o acesso à informação de maneira objetiva, sobretudo nas questões de direitos humanos, a proposta do governo restabelece a esperança daqueles que acreditam que o resgate da memória é condição para qualquer possibilidade real de conciliação nacional”, diz.

A legislação restritiva, citada por Barbosa, iniciou-se no governo do presidente Fernando Collor com a lei 8.159, de 1991, e encerrou-se com a lei 11.111, de 2005, permeada por decretos referentes ao sigilo dos documentos que, em alguns casos, estreitaram o acesso à informação. Um exemplo: enquanto a lei de 1991 estabelecia o tempo máximo de 30 anos para o sigilo dos documentos públicos, o decreto 4.553, assinado nos últimos dias do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, aumentou o prazo para 50 anos, permitindo ainda que o sigilo fosse renovado “indefinidamente” (sic). Um decreto do fim de 2004 restabeleceu o prazo máximo de 30 anos para os documentos ultrassecretos, mas a perpetuação do sigilo foi nova-



Reprodução

LUZ E SOMBRA

Pesquisadores, juristas e representantes de entidades apontam avanços e limites da proposta do governo sobre o acesso à informação | *Marina Amaral*

mente incorporada à medida provisória convertida na lei 11.111, em vigor.

Se aprovado o projeto de lei do governo, serão revogados os artigos de 22 a 24 da lei 8.159 – exatamente os relacionados a prazos e modalidades de sigilo – e a íntegra da lei 11.111. Todos os documentos classificados como confidenciais serão liberados e os demais terão seus prazos de sigilo reduzidos: os “reservados”, de dez para cinco anos, os “secretos”, de 20 para 15 anos, e os “ultrassecretos”, de 30 para 25 anos.

TAREFA HERCÚLEA

Outra inovação importante do projeto é a proibição de restringir o acesso a documentos necessários à defesa de direitos fundamentais, incluindo os que contenham informações sobre a

violação de direitos humanos “praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas”.

Inexplicavelmente, porém, manteve-se a possibilidade de sigilo eterno dos documentos ultrassecretos, contrariando a obrigação de publicidade da informação, prevista na Constituição, como sublinha o jurista Luiz Armando Badin. Ao lado da restrição de acesso por até cem anos para documentos que contêm informações pessoais – que também foi incorporada ao novo projeto de lei –, esse dispositivo já foi apontado como inconstitucional em duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) protocoladas no Supremo Tribunal Federal (STF).

“Não houve barganha política; o projeto é resultado de um processo intenso de discussão entre os ministérios

com o objetivo comum de propor um arcabouço legal para garantir o acesso à informação pública”, diz o subchefe para assuntos jurídicos da secretaria da Casa Civil, Beto Vasconcelos, ao ser perguntado sobre a razão da coexistência de cláusulas avançadas e anacronismos no projeto de lei.

O grupo coordenado por Vasconcelos trabalhou quase dois anos na tarefa hercúlea de elaborar o projeto de lei do governo. O objetivo é ambicioso: regulamentar os itens da Constituição que tratam do direito à informação pública e das ressalvas de sigilo, da obrigação da administração pública de prestar contas de seus atos e do direito de acesso à documentação pública do ponto de vista cultural.

Na origem desse grupo, está a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, órgão criado pela lei 11.111, coordenado pela minis-

tra Dilma e composto pelos ministros da Justiça, da Defesa, das Relações Exteriores, do Gabinete de Segurança Institucional, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e da Advocacia-Geral da União. Foi por meio das atribuições conferidas por essa Comissão que, em dezembro de 2005, a ministra pôde ordenar a transferência do enorme acervo sob guarda da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) – documentos do extinto Serviço Nacional de Informações (com dossiês de mais de 300 mil pessoas espionadas pela ditadura), do Conselho de Segurança Nacional e da Comissão Geral de Investigação (CGI) – para o Arquivo Nacional (hoje parcialmente digitalizados e disponíveis no site Memórias Reveladas (<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>)).

Por outro lado, a necessidade de rever a legislação existente, constata-

da por alguns membros da comissão, encontrou a resistência de setores do próprio governo. O artigo 16, por exemplo, que impede o sigilo em documentos que versem sobre a violação de direitos humanos, foi “construído paulatinamente” durante o intenso processo de discussão, nas palavras de Pedro Pontual, representante da SEDH. “A preocupação da secretaria era – e é – que o Estado não oculte, principalmente pela possibilidade de existência de arquivos da ditadura militar ainda não revelados”, explica.

Já a manutenção da possibilidade de sigilo eterno para os documentos ultrassecretos bem como o prazo de até cem anos para a restrição de acesso de informações pessoais estavam entre as preocupações de pelo menos dois ministérios – o da Defesa e o das Relações Exteriores. “Não poderíamos dispor sobre o acesso à informação

Badin: a iniciativa do governo é um avanço, mas a possibilidade de renovação eterna do sigilo é inconstitucional



Paulo César Lima

sem dispor também sobre as ressalvas que estão no dispositivo constitucional, e aí todos têm de opinar”, justifica Vasconcelos. “O importante é que reduzimos o espaço de preservação de informação sigilosa do poder público. Quem vai decidir sobre o prolongamento ou não do sigilo é uma comissão de ministros, e todos os órgãos do governo serão obrigados a divulgar uma lista das informações classificadas, com data, grau de sigilo e fundamentos da classificação”, diz. E concluiu: “Dentro do processo democrático, cabe agora ao parlamento decidir se a lei deve ter a abrangência ampliada”.

A EXCEÇÃO DO SIGILO

“É inegável que esse projeto de lei representa um avanço em relação ao sistema atual”, avalia Badin, que em 2007 defendeu tese de doutoramento sobre o assunto. “Há uma mudança de conceito: a cultura de sigilo e as razões de Estado foram superadas pela ideia do interesse público, da publicidade como regra e o segredo como exceção.”

“Existem situações em que o sigilo pode, de fato, servir a interesses públicos, tanto é que ele está previsto no mesmo dispositivo constitucional que garante o acesso à informação”, explica Badin. “Definir o campo do sigilo legal ajuda a combater as ocultações ilegítimas, além de equilibrar o direito de acesso à informação com a legítima preocupação com a segurança e a soberania nacionais”, diz o jurista.

Badin reconhece a dificuldade da tarefa, a começar pelo óbvio: quais as informações “imprescindíveis à segurança do Estado e da sociedade” e, portanto, passíveis de classificação segundo o texto constitucional? “Se você perguntar a um diplomata, a resposta será ‘as que possam prejudicar a soberania, os interesses econômicos ou a integridade territorial da nação’; se for a um militar, a preocupação será com ‘a segurança nacional’. Um advogado ou juiz defenderá o segredo da Justiça; um policial, o sigilo das investigações em andamento, todas razões legítimas em princípio”, diz.



Folha Imagem

Abramo: projeto é nebuloso

O jurista, no entanto, reputa como inconstitucional e injustificável a possibilidade de renovar eternamente o sigilo. “O perigo é a tendência incoercível do poder ao segredo, por isso os prazos e os procedimentos da classificação são importantes”, alerta. E exemplifica: “A análise dos documentos do Pentágono sobre o Vietnã demonstrou que a preocupação obsessiva com a imagem e com a reputação do governo dos EUA teria superado, com folga, todas as razões militares e geopolíticas que justificariam o sigilo. Por aí se vê como é fácil confundir a ‘segurança da nação’ com a ‘boa imagem do governo’”.

SEGREDO E CORRUPÇÃO

Outra dificuldade enfrentada pelo grupo técnico foi a abrangência da proposta. Desde 2005, havia um estudo de autoria da ONG Transparência Brasil sendo discutido no Conselho de Combate à Corrupção da Controladoria Geral da União, enviado em 2006 pela CGU à Casa Civil. Por isso, desde o início dos trabalhos, o grupo técnico contou com a participação de um representante da CGU e outro da

Secom, e o estudo foi incorporado ao projeto de lei. O diretor da Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, considera, no entanto, “um erro” a junção de sua proposta ao projeto que trata dos arquivos militares. “Isso torna o projeto nebuloso, não ajuda a recuperar os arquivos militares, só atrapalha. Seria preferível tratar apenas das questões cotidianas dos poderes públicos, nas três esferas de governo, que são as que realmente importam para que o cidadão possa interferir nas decisões que o afetam”, diz.

Curiosamente, a posição de Abramo aproxima-se, com sinais invertidos, da assumida por Amelinha Teles, detida com a família e torturada durante a década de 1970. “Para mim, isso é só mais um projeto de lei, ainda por cima assinado por órgãos que nada têm a ver com o assunto. A esfera legítima para debater o resgate da memória é o Ministério da Justiça e a SEDH. Se houvesse vontade política por parte do Executivo, não precisaria de projeto, bastaria cumprir a sentença judicial [da Guerrilha] do Araguaia e abrir os arquivos militares”, diz a ex-presença política.

Nos próximos meses, essa vontade política será testada. O governo terá de tomar alguma atitude referente ao caso Araguaia: se os arquivos militares não aparecerem, a sentença transitada em julgado em 2008 exige que os envolvidos na operação prestem esclarecimentos sobre as circunstâncias da morte e a localização dos restos mortais dos guerrilheiros.

Também é preciso mobilização para que o projeto da Lei de Acesso à Informação seja aperfeiçoado e aprovado no Congresso. “Vou me empenhar para aprovar o projeto, mas temos de lembrar que ele contraria tanto a cultura fisiológica, avessa à transparência nas informações públicas, como os setores conservadores, que resistem à abertura de arquivos. Se não houver pressão da sociedade civil e da imprensa, acho que teremos muitas dificuldades”, diz o senador Mercadante. ■

Trabalho:

É com certo alívio que o economista Alexandre Loloian, veterano analista das estatísticas de desemprego, anuncia os dados de abril sobre a situação do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP): “Depois de um primeiro trimestre muito ruim, quando foram destruídas mais vagas do que todas as que foram criadas em todo o ano de 2008, 400 mil contra 313 mil, temos o rompimento da tendência de crescimento da taxa de desemprego que vinha ocorrendo desde o início do ano”, diz o analista da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), órgão do governo paulista que, juntamente com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), realiza mensalmente a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

A taxa de desemprego manteve-se praticamente estacionada (subiu ligeiramente, de 14,9% para 15%), mesmo com a criação de 28 mil vagas em maio. Isso porque a pesquisa flagrou 45 mil pessoas que começaram ou voltaram a procurar emprego, o que resultou em 17 mil desempregados. Essa gente faz parte da População Economicamente Ativa (PEA) da RMSP, que àquela altura reunia cerca de 8,8 milhões de pessoas ocupadas em trabalhos formais ou informais e 1,5 milhão de desempregados. “Pelo menos não perdemos mais vagas”, diz Loloian na coletiva de imprensa de apresentação da PED realizada no fim de maio.

O economista, entretanto, está preocupado com a indústria, o setor mais vitimado pelos cortes de postos de trabalho ocorridos desde dezembro de 2008. “A indústria na RMSP teve um desempenho muito preocupante, com o fechamento de 57 mil vagas em abril”, uma redução de 3,5% em relação a março, diz. Na comparação anual, de abril do ano passado a abril deste ano, foram fechadas 166 mil vagas industriais. “Um dado aterrorizante”, segundo Loloian, porque deixa evidente o efeito da queda nas exportações, a diminuição do dinamismo do mercado interno e

ERA POUCO... E SE ACABOU?



Fonte: IBGE, PNAD (1992-2007), PME (média anual 2008 e 2009 até abril)

A crise freou a queda do desemprego, fruto de um surto de crescimento ainda insuficiente para recuperar perdas que vêm dos anos 1990 | Tânia Caliani

o declínio dos investimentos. “O fato é preocupante porque a indústria é o setor mais dinâmico, que puxa o resto da economia.”

Além da RMS, a PED levanta dados de outras quatro regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife) e do Distrito Federal. Com relação à taxa de desemprego, o dado geral é parecido com o da RMS, com ligeira alta (de 15,1% para 15,3%), o que também produz uma sensação de desafogo.

6 MILHÕES A MENOS

Os resultados da pesquisa são como uma fotografia do momento. Servem, no entanto, como referência para a compreensão do comportamento do mercado de trabalho no passado recente e permitem avaliar o prejuízo que a crise, desencadeada a partir dos EUA em meados de 2007 e que chegou ao País em setembro passado, pode impor aos trabalhadores.

No mundo todo, cerca de 59 milhões de postos de trabalho podem virar pó até o fim deste ano, segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nos EUA, foram eliminados 6 milhões de empregos desde dezembro de 2007, e em maio a taxa de desemprego chegou a 9,4%, a mais alta dos últimos 26 anos. Na União Europeia, entre abril de 2008 e abril deste ano (quando o índice de desemprego chegou a 9,2%, o mais alto em uma década), 4,6 milhões perderam seus empregos. Agora, os desempregados da região já somam 20,8 milhões.

Numa eventual superação da crise, a recuperação desses postos de trabalho não será imediata. A OIT alerta que, em crises passadas, a retomada do emprego só se deu após quatro ou cinco anos da

recuperação da atividade econômica. E, para piorar, a queda do nível de emprego geralmente vem acompanhada da perda de direitos e da redução de salários.

Por aqui, de novembro passado a abril, em todo o País, cerca de 650 mil postos de trabalho foram cortados só no setor formal. A trégua comemorada pelos pesquisadores paulistas deixou a situação em suspenso. “O que estimamos é que seria preciso crescer em torno de 3,5% neste ano para que a taxa anual de desemprego, que vinha caindo, não volte a subir”, diz Sérgio Mendonça, diretor técnico do Dieese. Segundo ele, o crescimento econômico verificado recentemente no Brasil (entre 2003 e 2008, o PIB aumentou, em média, 4% ao ano) foi positivo para o emprego: “O investimento vinha crescendo na frente da demanda, o que significa que estávamos instalando capacidade produtiva, que iria gerar mais empregos”, explica.

Durante esse ciclo de ascensão, com duração de 21 trimestres, o mais longo das últimas três décadas na avaliação do recém-criado Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas, foi possível iniciar uma recuperação dos níveis de emprego. “Até novembro de 2008, os resultados do mercado de trabalho brasileiro eram extremamente positivos, e recordes de contratação formal vinham sendo anunciados, reforçando uma trajetória exuberante do emprego formal que o País mostrava desde 2003”, diz nota do Dieese a respeito da crise.

Para compreender mais exatamente qual a profundidade dessa recuperação, é preciso recorrer a informações de prazo mais longo. Um exame dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) mostra que, na

segunda metade dos anos 1990, ocorreu uma alta radical da taxa de desemprego, seguida de um período de oscilação e de uma queda que se iniciou em 2003. A melhora verificada a partir daí até o ano passado, no entanto, foi insuficiente para que o nível de desemprego retornasse às taxas de 1995.

“É preciso lembrar que nos anos 1990 houve pelo menos três processos que levaram o País a subir o patamar da taxa de desemprego em relação ao que havia nas décadas de 1970 e 1980”, diz Humberto Martins, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), ligada ao PCdoB: “A abertura da economia à concorrência internacional, que atingiu em cheio o setor industrial; as privatizações, que afetaram o emprego público; e a chamada reestruturação produtiva, que levou as empresas a enxugarem seus quadros”, enumera Martins. “Isso sem falar da política cambial desfavorável às exportações a partir do Plano Real e das altas taxas de juros.” É necessário ter em mente também que nesse período o País e o mundo atravessaram pelo menos duas crises econômicas, o que se refletiu na taxa de crescimento médio anual do PIB entre 1995 e 1999, que foi cerca da metade da verificada entre 2003 e 2008.

ACHATAMENTO SALARIAL

Além do aumento do desemprego, a década passada também testemunhou um brutal achatamento da remuneração dos trabalhadores, em boa parte decorrente do processo de reestruturação produtiva mencionado por Martins. Loloian, que nos anos 1990 atuava no Dieese, dentro de um sindicato de trabalhadores do setor industrial, viu de perto a eliminação dos cargos intermediários da produção, que tinham, em geral, os melhores salários das plantas fabris. “Eu vi desaparecer tudo quanto foi inspetor, chefia, gerente de produção”, diz.

Segundo ele, no Brasil, essa reestruturação, que ocorreu em muitas partes do mundo, foi baseada, mais do que na adoção de novas tecnologias e da automação, numa nova forma de organização do

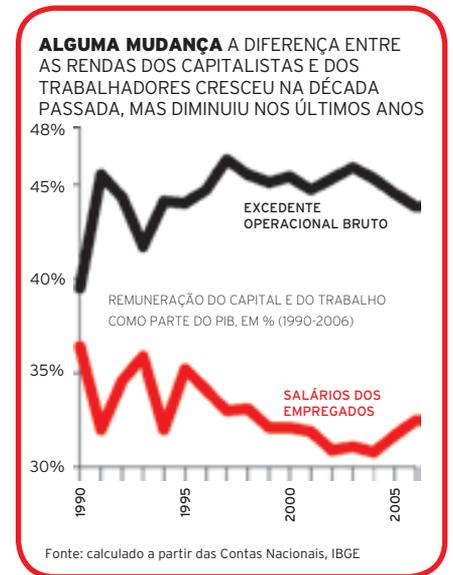
trabalho, um processo em que se eliminou a estrutura de controle do trabalho fordista. A partir daí, a responsabilidade pela qualidade e pelo ritmo da produção recaiu sobre o trabalhador da linha de montagem, que, no entanto, não teve seu salário aumentado na mesma proporção das novas atribuições.

Um dado impressionante dá uma ideia do que ocorreu. Levando-se em conta apenas o contingente de trabalhadores do mercado formal, de 1994 a 2005 os assalariados com remuneração superior a sete salários mínimos, que eram 23,5% do total, passaram a 11,1%, enquanto a parcela dos com remuneração de um a dois salários mínimos saltou de 18,6% para 38,7%.

Isso se refletiu na queda da remuneração média do trabalho, especialmente numa área de grande importância industrial como a RMSP. Dados do Dieese–Seade mostram que, tomando-se como cem a remuneração média real em 1985, houve uma queda abismal para 56,5 em 1992, uma

momentânea recuperação para 76,4 em 1995 e nova e vertiginosa caída para 51,2 em 2003, patamar em que o índice permaneceu até o ano passado, quando atingiu 52,3.

O comportamento do rendimento do trabalho na RMSP parece contradizer, no entanto, a tendência mais geral do País nos últimos anos. A média do rendimento médio mensal, obtida a partir de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seis regiões metropolitanas (São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife), mostra um crescimento de 11,3% de 2003 para 2008, passando de 1.132 reais para 1.260 reais. Parte significativa dessa melhora é atribuída à forte recuperação do valor real do salário mínimo. Enquanto o rendimento médio aumentou apenas 2,4% entre 1999 e 2007 (tendo caído 9,6% entre 1996 e 2006), a variação do mínimo foi de 57,9% no mesmo período.



Outro dado importante a ser levado em conta quando se fala da remuneração dos trabalhadores é que ocorreu uma queda do Índice de Gini relativo à concentração dos rendimentos. O índice indica a desigualdade com valores entre 0 (zero) e 1 (um) – quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a distribuição das remunerações (e vice-versa). Esse coeficiente, que era de 0,59 em 1993, caiu para 0,53 em 2006 e para 0,52 em 2007, o menor valor desde 1992. Aqui também a melhora se atribui, em grande parte, à política de elevação real do salário mínimo.

Esses efeitos positivos nos rendimentos, no entanto, não foram capazes de alterar de forma significativa a relação entre os salários e a renda obtida pelas empresas. Dados do IBGE indicam que desde pelo menos 1990 o peso do chamado excedente operacional bruto (relativo à remuneração do capital) na composição do PIB foi sempre muito maior – variando em torno de 44% – do que o dos salários – que representaram por volta de 33%. Em 2006, ano para o qual os dados mais recentes estão disponíveis, essas porcentagens estavam em 43,8% e 32,5% respectivamente, indicando que o surto recente de crescimento econômico não diminuiu a diferença de forma significativa.

OS SEM-CARTEIRA APESAR DO AVANÇO RECENTE, OS TRABALHADORES COM CONTRATOS REGIDOS PELA CLT AINDA NÃO SÃO MAIORIA

Nos anos 1990, houve um aprofundamento da precarização das relações trabalhistas, à medida que o emprego assalariado sob as regras da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) perdeu importância diante da introdução de novas formas legais de contratação, como a terceirização e a prestação de serviço por pessoas jurídicas. Essa situação, no entanto, foi amenizada nesta década. Estudo feito em 2007 pelo economista José Celso Cardoso Jr., assessor da presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), aponta que o governo federal adotou, a partir de 2001, políticas que teriam contribuído para o crescimento do emprego formal no País. Cardoso destaca como fatores que alteraram a situação o aumento e a descentralização dos gastos sociais, com contratações sobretudo nas áreas de educação e saúde; a melhora na fiscalização federal do mercado de trabalho; o aumento da concessão de crédito para o consumo e a produção; a melhora das exportações; e a simplificação do sistema tributário das empresas.

Entre 2001 e 2005, segundo dados da PNAD, de cada cem vagas criadas, 50,5 foram com carteira assinada, ao passo que essa proporção foi de 13,5 entre 1995 e 1999. O grau de informalidade, definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, por conta própria e não remunerados sobre o total de ocupados da PEA, declinou entre 2001 e 2007, tendo passado de 55% para 50,9%. Como se vê, os resultados positivos dos últimos anos também foram insuficientes para estender à maioria dos trabalhadores do País os direitos e benefícios do trabalho sob a CLT.

Quando se leva em consideração o que ocorreu com o rendimento do trabalho – concentração nas faixas mais baixas e seus efeitos na desconcentração da renda do trabalhador – e a pequena alteração da participação da renda do trabalho no PIB, parece evidente que está ocorrendo uma redução da desigualdade apenas entre os trabalhadores. E, o que é pior, é uma desconcentração que tem como base os patamares mais rasteiros de rendimento.

Isso se confirma de certa forma quando se examina o que ocorreu na RMSP. Ao contrário do crescimento verificado nas outras regiões metropolitanas pesquisadas, onde a influência do salário mínimo é mais sentida, o rendimento médio do trabalho na RMSP mantém-se praticamente inalterado desde 2003.

PESO NAS CANELAS

Como mudar tal quadro, de elevado desemprego e baixos salários? Diante da crise mundial, Mendonça acredita que o País só poderá crescer os 3,5% que precisa para manter a taxa de desemprego sob o mesmo patamar de 2008 se voltar sua economia para o mercado interno. “O Brasil deve olhar para si mesmo, deixar de lado o dinheiro que entra fácil atrás de altas taxas de juros e vai para as mãos



Paulo César Lima

Loloian: nos anos 1990, desapareceram das fábricas os inspetores, chefes e gerentes de produção

de 4 milhões de brasileiros, que não o gastam aqui. Se puser esse dinheiro nas mãos dos outros 80 milhões que gastam, por meio da melhora do salário mínimo e dos salários em geral, você faz o país crescer”, diz. A meta de crescimento mencionada por Mendonça parece mais difícil diante da notícia de queda da atividade econômica pelo segundo trimestre consecutivo, divulgada em meados de junho, o que oficializou a chegada da recessão por aqui. No primeiro trimestre do ano, o PIB diminuiu 1,8% em relação ao mesmo período de 2008, com fortíssima queda na indústria, -9,3%.

Mendonça construiu uma imagem interessante para representar o desempenho do Brasil durante o período de expansão econômica recente: a de um atleta que, apesar do esforço, fica longe das primeiras colocações durante uma corrida. “Lembra o discurso da oposição? ‘O Brasil está crescendo menos do que o resto do mundo.’ É verdade. Basicamente porque estamos correndo com dez quilos em cada canela, que são as taxas de juros”, diz.

Mas, de qualquer forma, mesmo o crescimento econômico recente não foi

o bastante para recuperar de maneira mais robusta o emprego e, sobretudo, a renda. Martins, da CTB, diz que as centrais sindicais reivindicam, de forma unificada, a redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução de salários. “Só assim a economia, mesmo se voltar a crescer como antes da crise, poderá criar empregos suficientes para baixar significativamente a taxa de desemprego”, diz. “Afim, muito do crescimento se deu com o abuso no uso de horas extras, com jornadas excessivas, que o trabalhador topa fazer para incrementar seu baixo salário.”

As centrais também querem a ratificação, pelo Congresso Nacional, da Convenção 158 da OIT, que impede as demissões injustificadas e que limitaria a alta rotatividade que existe no mercado de trabalho brasileiro. “Quarenta em cada grupo de cem trabalhadores brasileiros trocam de emprego por ano. É uma das taxas mais altas do mundo, que permite que os empresários dispensem trabalhadores mais bem remunerados para admitir novos com salários mais baixos”, diz Martins. ■



A QUESTÃO DO RECIFE

Na violenta capital pernambucana, o esforço do governo estadual para reduzir a criminalidade ainda está longe de atingir seu objetivo | *Léo Arcoverde*

Em sua edição de 20 de maio, o *Jornal do Commercio*, diário de maior circulação em Pernambuco, publicou na seção “Cartas” a seguinte mensagem, assinada pelo casal Plínio e Aleide Duque: “Meu governador Eduardo Campos, peço-lhe que cuide bem e proteja seus filhinhos, que são tão lindos e queridos quanto era o nosso Igor, brutalmente assassinado em assalto, ao meio-dia, na avenida Norte, no dia 13 passado. [...] Não se esqueça, também, de incluir Igor na sua estatística do Pacto pela Vida, que, segundo tenho lido, vai muito bem, obrigado. Peço ainda, governador, que honre o nome do seu saudoso avô materno”.

Igor de Siqueira Duque, 28 anos, era um típico jovem da classe média recifense. Moreno, magro, cabelo baixo e meio enrolado, olhos claros. Nascido e criado no bairro da Tamarineira, zona norte da capital pernambucana, sempre estudou em estabelecimentos de ensino particulares. Ganhava a vida dando aulas de inglês numa escola pertencente à família da noiva, com quem pretendia casar-se até o fim do ano. Tinha dois irmãos, seu gêmeo, Augusto, e Rafael, três anos mais velho. Plínio, o pai, é médico, e a mãe, Aleide, servidora aposentada do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

No dia em que foi assassinado, Igor saiu de casa por volta do meio-dia. Seu itinerário era curto: iria almoçar com a família na casa da avó, no bairro de

Jaqueira, a poucos minutos dali. Na esquina da avenida Norte – uma das mais movimentadas da cidade – com a rua Soares Moreno, a poucos metros de casa, seu executor o esperava. Igor dirigia o carro da mãe, um Renault Symbol preto, ano 2009, comprado três dias antes. Um único tiro de revólver calibre 38 atravessou o vidro lateral à esquerda de Igor e acertou seu pescoço, matando-o na hora. O assassino jogou a arma numa lixeira e fugiu a pé, antes de tomar um ônibus.

VOTO DE PESAR

O caso concentrou o noticiário policial do Recife por duas semanas. No dia seguinte ao do crime, a Assembleia Legislativa aprovou um “voto de pesar” pelo ocorrido, em que foram destacados o fato de o pai da vítima ser médico, e a mãe, funcionária do TRE. Rapidamente desenhou-se um cenário de intensa pressão sobre as polícias Militar e Civil. Desse ponto de vista, o momento não poderia ser melhor, pois o crime aconteceu poucos dias depois de o “Pacto pela Vida”, amplo e alardeado programa de combate à violência do governo pernambucano, mencionado na carta dos pais da vítima, completar dois anos.

Solucionar o caso, portanto, tornou-se quase uma obsessão para a cúpula policial local: além de satisfazer à opinião pública e consolar a família de Igor, tiraria o programa da mira de seus

impetuosos críticos. Que não são poucos: setores da mídia, da universidade e entidades, como a seção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE). Sem falar na oposição ao governador Eduardo Campos, defensor entusiasta do programa.

O desenlace prático do episódio é que nove suspeitos foram detidos pela polícia em menos de dez dias, o último deles um adolescente de 17 anos, que confessou o crime. Filho único e órfão de pai, ele possui uma ficha policial com pelo menos dois registros pelos quais acabou detido: um por roubo, outro por porte ilegal de arma. Constam ainda em seu “currículo” expulsões de escolas por onde passou na região da Água Fria, bairro tradicional e coalhado de favelas situado próximo a Tamarineira. É nele que estão encravados alguns dos locais do Recife que registram altíssimos índices de violência, como Alto do Deodato e Alto do Pascoal, onde morava o adolescente.

O assassino alegou que tentou o assalto para pagar uma dívida de 200 reais junto a seu fornecedor de maconha. Ele praticamente repetiu uma das versões apresentadas por testemunhas do crime: contou que bateu com o cano da arma no vidro do carro, que estaria levantado. O revólver estava engatilhado; seu dedo, colado ao gatilho. Alegou ter disparado sem querer. “Fiz tudo sozinho”, disse à polícia.



Recife, meados de maio: Igor Duque, 28 anos, morre assassinado durante tentativa de assalto. Latrocínio é tipo raro de crime em Pernambuco

O “Pacto pela Vida” foi lançado em maio de 2007. É composto por um conjunto de mais de 160 ações definidas pelo governo estadual, com sugestões de representantes da sociedade civil, universidades e corporações policiais. O programa é assentado sobre um conjunto de premissas, como a articulação obrigatória entre segurança pública e direitos humanos, de forma a procurar evitar a letalidade das ações policiais. Outro aspecto importante é a forte ênfase na prevenção social e específica da criminalidade violenta. Para garantir que as ações tenham esse cunho, o programa prevê o envolvimento do conjunto das secretarias estaduais. E, para se certificar de sua eficácia, incorporou mecanismos de gestão, de monitoramento e de avaliação.

Um das metas básicas do “Pacto pela Vida” era reduzir, em um ano, as taxas de mortalidade violenta intencional em Pernambuco. Depois de um primeiro ano com uma redução de 6,9% na taxa de homicídios (252 óbitos a menos), o programa fechou recentemente seu segundo ano com uma diminuição de 2,2% no índice de assassinatos (36 homicídios a menos que o registrado entre maio de 2008 e abril deste ano).

José Luiz Ratton, sociólogo, pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e “cabeça pensante” do programa, argumenta que, apesar de os números obtidos desde a

implementação do programa estarem bem aquém do almejado, a meta de redução de 12% da taxa de mortes violentas será mantida. “Não tem por que diminuirmos essa meta”, diz a *Retrato do Brasil*. “Não se reduzem homicídios ou mortes violentas de uma hora para outra. O processo de construção da violência em Pernambuco é histórico. Precisamos reduzi-la a um nível de convivência civilizado.”

Enquanto isso não acontece, resta às autoridades digerir as censuras ao programa. Para seus críticos, além de não mostrar resultados concretos, falta, por parte do governo, transparência na divulgação das estatísticas sobre o número de homicídios, locais onde ocorreram e a natureza dos crimes praticados.

TAXA ALTÍSSIMA

A tarefa de reduzir a criminalidade em Pernambuco é difícil e complexa. O estado tem 8,5 milhões de habitantes e uma média estratosférica de 4,5 mil homicídios ao ano, uma morte violenta a cada duas horas, 12 por dia. Sua taxa de homicídios por 100 mil habitantes (51,6) é quase o dobro da nacional (27) – o Brasil tem 190 milhões de habitantes e média anual de 48 mil homicídios.

Pernambuco abriga em torno de sua capital a maior aglomeração urbana da região Nordeste (a quinta do País): são 3,8 milhões de habitantes em menos de 2,8 mil quilômetros quadrados. Em

termos mais precisos: 45% dos pernambucanos vivem nos 14 municípios que formam a Região Metropolitana do Recife (RMR), cujo crescimento tão acentuado quanto desordenado ao longo das três últimas décadas gerou um déficit habitacional que hoje é de algo em torno de 140 mil moradias.

Concentra-se na RMR mais da metade dos chamados crimes violentos letais intencionais (CVLI, somatório dos homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte) registrados em Pernambuco: ali ocorrem, todos os anos, de 2 mil a 2,5 mil mortes violentas, média de um assassinato a cada três horas e meia, quase sete por dia.

A capital se destaca por um dado impressionante: o aumento percentual da taxa de homicídios por 100 mil habitantes registrado nos últimos 30 anos, que equivale a 13 vezes a de seu crescimento populacional. Em 1980, Recife tinha uma população de 1,2 milhão de habitantes e uma taxa de homicídios de 16,4. Hoje tem uma população de 1,6 milhão e uma taxa de homicídios de 90,5, o que representa um aumento populacional de 33% ante um acréscimo de 450% à taxa de homicídios.

Os altos índices de criminalidade também se espalham ao redor do Recife. No Jaboatão dos Guararapes e em Olinda, as duas maiores cidades da RMR, excetuando-se a capital, chega a perto de 900 a soma do número de homicídios

experimente
ler para
concluir:
a realidade dos
fatos está na
imprensa popular



Leia

retrato doBRASIL

www.retratodobrasil.com

Fones.: [11] 3813-1527 / [11] 3037-7316

vendas@retratodobrasil.com

registrados anualmente. Para se ter uma ideia do que isso representa, as taxas de homicídios por 100 mil habitantes desses dois municípios (respectivamente, 92,55 e 66,34) são muito mais altas que, por exemplo, as de Camaçari (49) e de Lauro de Freitas (30,44), as duas maiores cidades da Região Metropolitana de Salvador (RMS), com exceção da capital. Tais números revelam a peculiaridade da questão da segurança pública na RMR frente a outras aglomerações urbanas brasileiras, sobretudo as situadas na região Nordeste.

O Sertão pernambucano também tem suas características próprias nesse campo. Reconhecidamente um local de enormes desigualdades sociais e de conflitos históricos, a área carrega o estigma de ser extremamente violenta. Nos anos 1990, passou por um processo de recrudescimento da criminalidade, intimamente relacionado com o plantio de maconha – especialistas e estudiosos do tema apontam Pernambuco como o maior produtor de maconha do Brasil.

Ratton: meta de redução permanece



Mariana Guerra/JC Imagem

Surgido nos anos 1980 mas consolidado somente cerca de dez anos depois, o mundialmente conhecido Polígono da Maconha – área de 80 mil hectares encaixada em meio a 14 municípios do Sertão pernambucano, como Floresta, Salgueiro, Cabrobó, Orocó, Belém do São Francisco e Santa Maria da Boa Vista – constituiu-se ao longo dos anos como um grande estimulador de mortes violentas.

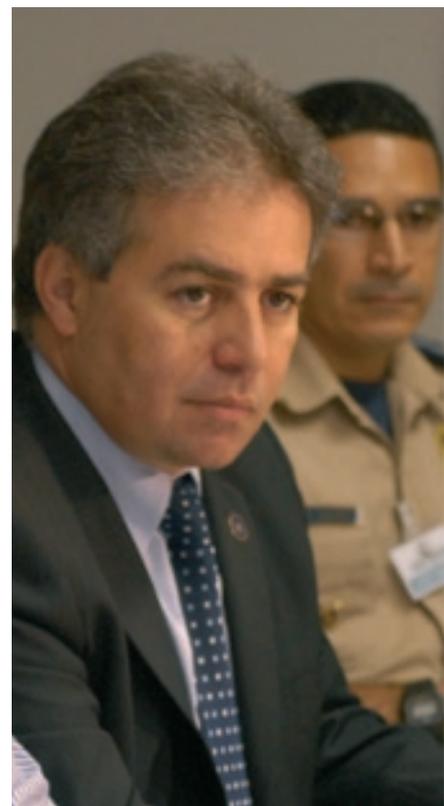
Para se ter uma leve ideia, houve ano na década passada em que, das dez cidades que registraram os maiores índices de homicídios no País, três faziam parte do Polígono da Maconha. Nem se fale de Floresta, que alcançou o desabonador patamar de segunda cidade mais violenta do Brasil no ano de 1998.

O NOVO DESAFIO

Mais recentemente, no entanto, a maconha tem sido desafiada por outra droga como fator gerador de violência no Estado. Quem afirma é Osvaldo Almeida de Moraes Júnior, que tem 24 anos de atividade policial – 14 deles como oficial da Polícia Militar e outros 10 como delegado da Polícia Civil de Pernambuco, na qual ocupa atualmente o posto de diretor-geral de Operações. Titular por vários anos da Delegacia Regional de Floresta, no epicentro do Polígono da Maconha, e do Departamento de Repressão ao Narcotráfico (Denarc), ele lidou diretamente tanto com a criminalidade que assola parte do interior do Estado quanto com a que conflagra a RMR.

Em sua opinião, a rápida proliferação do crack ao longo de todo o território pernambucano nos últimos dez anos, e mais ainda de 2004 para cá, aumentou, e muito, os índices de mortes violentas no estado.

“Isso por ser uma droga relativamente barata e que dá um lucro fenomenal ao traficante, da ordem de 800%, enquanto a maconha dá um lucro de 100%”, diz. “A chegada do crack fragmentou o tráfico. Qualquer ladrão de galinha entra nessa atividade. Por isso, hoje, há tanta morte em disputas por bocas de fumo.”



Marcos Michael/JC Imagem

Moraes: crack fragmentou o tráfico

Feito a partir da mistura de cocaína, bicarbonato de sódio e água destilada, sob a forma de grãos que são fumados em cachimbos, o crack surgiu entre 1984 e 1985 nos bairros pobres de grandes cidades americanas, acometidos por altos índices de desemprego, e chegou rapidamente ao Brasil.

Levantamento do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa de Pernambuco (DHPP/PE), baseado apenas em homicídios elucidados por meio de inquérito policial, aponta que cerca de 30% das mortes violentas no Estado têm como motivação o envolvimento da vítima e do acusado com o tráfico de drogas, com predominância do crack sobre outros tipos de entorpecentes.

A vingança e o relacionamento interpessoal (quando não há motivação específica, casos de briga entre vizinhos, discussões em bares) respondem, respectivamente, por 28,5% e 20% dos homicídios elucidados. Os grupos de extermínio estão relatados em 7%, enquanto o latrocínio ou a tentativa de assalto representa apenas 0,33% dos casos elucidados. O jovem Igor Duque, vítima de um crime desse tipo, tão raro de ocorrer, ao que parece, estava no lugar e na hora errados quando foi assassinado naquela quarta-feira de maio. ■

O IMPÉRIO EM XEQUE

O dólar sobe? Ou cai de seu pedestal? O dilema em torno da moeda americana mostra que a hegemonia dos EUA está em jogo | *Ramaa Vasudevan**

1. O DÓLAR SE IMPÕS PELA CAPACIDADE DO IMPÉRIO DE EXPORTAR SUAS CRISES PARA A PERIFERIA

À medida que os primeiros tremores da então iminente crise financeira atingiram Wall Street, com o colapso do mercado de hipotecas imobiliárias de alto risco no início do segundo semestre de 2007, o dólar despencou abruptamente. Ironicamente, no entanto, enquanto alguns críticos previam seu colapso, o aprofundamento da crise, sobretudo após a falência do banco de investimentos americano Lehman Brothers, em setembro passado, viu o dólar ganhar terreno novamente, de maneira acentuada – e pela primeira vez desde seu declínio sistemático iniciado em 2002 (gráfico à pág. 22). Para qualquer outro país, um abalo financeiro de tal monta teria disparado uma ampla crise da moeda. Por que, então, o aprofundamento de uma crise cujo epicentro é os EUA promoveu, logo em seguida, o oposto, ou seja, o fortalecimento do dólar?

Em “Finanças, imperialismo e a hegemonia do dólar”, artigo publicado em abril do ano passado na *Monthly Review*, argumentei que o papel privilegiado do dólar como moeda internacional foi crucial para a hegemonia imperialista americana. A explosão de fluxos financeiros privados globalmente, a partir do começo dos anos 1990, ajudou os EUA a preservar e estabelecer o seu lugar estratégico – e crucial – como centro do mercado financeiro internacional, bem como a impor um “padrão-dólar”. No entanto, esse processo também criou as condições para o seu próprio desman-

telamento. A crise atual, que é resultado do crescimento ilimitado e do grande predomínio das finanças nas últimas décadas, escancara as contradições dos mecanismos do padrão-dólar.

Dois desenvolvimentos resumem esse processo até agora:

1. Quando o pânico se instalou, o status do dólar como “moeda internacional” afirmou-se e ele se valorizou – ao contrário de todas as outras moedas, à exceção do iene.
2. A implosão do sistema financeiro, porém, tem ameaçado os fundamentos da hegemonia do dólar – o seu papel central na prolífica rede dos fluxos de capitais privados.

A atual crise financeira é, potencialmente, também, portanto, uma crise da hegemonia do dólar.

As negociações de Bretton Woods, ao fim da Segunda Guerra Mundial, facilitaram o estabelecimento do dólar como moeda internacional. Esse papel foi mantido pela confiança de que, com suas vastas reservas de ouro, os EUA iriam honrar o compromisso de fornecer o metal precioso aos bancos centrais estrangeiros em troca de dólares, a uma taxa fixa de 35 dólares por onça (a onça, medida inglesa, equivale a 28,349 gramas). No fim dos anos 1960, o crescente déficit comercial e os encargos decorrentes da intervenção militar americana no Vietnã criaram um enorme acúmulo



Wanted
Merrill Lynch
"I Want You!"

COM

Lehman
Brothers



UM PORTO SEGURO O DÓLAR CAÍA DESDE 2002. COM A CRISE, LEVANTOU-SE. E DEPOIS?



Fonte: http://www.federalreserve.gov/releases/h10/Summary/indexn_m.txt

de dólares no exterior. Diante do aumento desenfreado da demanda por ouro em troca desses dólares, os EUA abandonaram unilateralmente a conversão antes pactuada. Isso, porém, não conduziu ao desmantelamento da hegemonia do dólar. Pelo contrário, a remodelação do sistema monetário internacional para um padrão “dólar flutuante”, no período pós-Bretton Woods, somou-se a uma insistente e agressiva exigência pela liberalização dos mercados financeiros, cujo objetivo foi estimular os fluxos internacionais de capitais privados transacionados em dólares.

Na década de 1970, os mercados de eurodólar serviram como os principais meios para reciclar os superávits obtidos pelos países exportadores de petróleo para as economias em desenvolvimento, sobretudo da América Latina. Esse processo tornou-se um instrumento de reanimação do domínio americano. As ditaduras militares da década de 1970 – no Chile, na Indonésia e na Argentina, por exemplo –, bem como os regimes de mercado livre da “Escola de Chicago”, que se seguiram a essas ditaduras, foram reforçados pela repressão e apoiados pelos sempre disponíveis empréstimos fornecidos pelos bancos americanos e baseados nas aplicações

feitas pelos fundos de petróleo. Assim que essa bonança de crédito barato chegou ao fim, em virtude da crise da dívida externa de 1982, uma nova

2. HAVIA UM MECANISMO DE FLUXO E REFLUXO, ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA. ELE SE ROMPEU

De 1973 até cerca de 2003, quando, de certo modo, começou a crise atual, os períodos de crescimento dos fluxos para os mercados emergentes coincidiram com períodos de refluxo desses capitais dos EUA. À medida que o fluxo de capitais para os emergentes chega ao fim, esses capitais fogem desses mercados e a crise é disparada, como na América Latina, durante a crise da dívida externa nos anos 1982-1983, e na crise asiática de 1997-1998. Os fluxos de capitais privados voltam-se novamente para os EUA.

O papel privilegiado do dólar deu aos EUA uma espécie de linha de crédito internacional que ajudou a disparar um surto de consumo. Importações baratas contribuíram para sustentar esse consumo, apesar da evidente estagnação da economia e do declínio dos salários reais nos EUA. Por sua vez, as economias exportadoras da Ásia, primeiramente o Japão e, depois, a Ásia Oriental e a China, para serem movimentadas, dependiam do consumo em grande escala nos EUA.

onda de reformas neoliberais e de liberalização financeira foi imposta pelos pacotes de salvamento elaborados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial.

Essa crise serviu, ainda, para consolidar o domínio do dólar e a agenda imperial americana. Em um país após o outro, durante a crise, o FMI e o Banco Mundial impuseram políticas de “ajustamento estrutural” que pulverizaram todas as tentativas de desenvolvimento econômico independente, ao mesmo tempo em que envolviam os sistemas financeiros desses países na rede de hegemonia do dólar. Isso colocou em movimento, em direção aos mercados emergentes, outro surto de expansão do fluxo de capital privado em dólares e levou a um novo ciclo de crises na década de 1990, quando esse capital começou a seguir o fluxo contrário, ou seja, retornou para os EUA.

A dependência de importações baratas acarretou crescentes déficits na balança comercial americana. Ao contrário de outros países deficitários, contudo, os EUA podiam, em virtude do papel central do dólar como moeda internacional, financiar seus déficits emitindo dívida, que se acumulou nos países credores sob a forma de reservas em títulos do Tesouro americano (*T-bills*).

Os EUA desempenharam o papel de principais banqueiros do mundo, realocando os excedentes da Ásia e dos países exportadores de petróleo, transformando-os em fluxos de capital privado para economias emergentes da periferia. Esses fluxos, que se apresentavam, como já visto, num padrão de contrafluxos, foram um mecanismo essencial para que o papel do dólar fosse preservado. Tais fluxos de capitais privados serviam como uma válvula de escape, que permitiam exportar a crise para os países periféricos devedores.

Os EUA não ficaram completamente fora das crises desse período, no entanto. Sofreram o *crash* do mercado de ações de 1987, a crise das instituições de poupança e empréstimos no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, o colapso do Long-Term Capital Management (LTCM), um sofisticado fundo de aplicações em derivativos, em 1998, e a ruptura da bolha dos mercados pontocom na virada do século. Foram os países periféricos, entretanto, que sentiram o reflexo das crises de maneira ainda mais intensa. Em 2007, contudo, esse padrão de contrafluxos começou a perder seu empuxo.

Em 2007, os EUA absorveram 65% do capital global em comparação aos 34% em 1995, o que pode ser considerado uma culminância de mais de uma década de agravamento dos desequilíbrios globais. Esse processo foi acompanhado, paralelamente, por uma crescente acumulação de reservas cambiais pelos mercados emergentes. As economias emergentes deixaram de ser aqueles países das décadas de 1980 e 1990 que apenas ampliavam seus déficits em transações correntes. Ao contrário, passaram a ter cada vez mais superávits a partir de 2002. Em 2006, os países em desenvolvimento financiaram mais de 70% do déficit das transações correntes dos EUA (gráfico nesta página). Ao mesmo tempo, após a traumática

experiência da crise asiática, os mercados emergentes perceberam a necessidade de aumentar preventivamente as reservas de divisas como forma de isolar suas economias do impacto da fuga de capitais. Em 2006, as reservas em moeda estrangeira dos países em desenvolvimento equivaliam a cerca de 2,7 trilhões de dólares, das quais cerca de 60% eram efetivamente em moeda americana. Assim, os países periféricos não estavam mais vulneráveis à fuga de capitais e às flutuações cambiais como estavam nas décadas anteriores.

Outra diferença é que o padrão de contraciclo dos fluxos de capitais privados – ora do centro para a periferia, ora da periferia para o centro –, que caracterizou o período a partir de 1973, não é mais visível depois de 2002 (gráfico na pág. seguinte). Após a ruptura da bolha pontocom naquele ano, as políticas seguidas por Alan Greenspan (presidente do Federal Reserve, Fed, o banco central dos EUA), em vez de estimularem uma nova bolha de crédito nos mercados emergentes, estruturaram e fortaleceram uma bolha no mercado imobiliário americano. Compradores do mundo todo começaram a investir em ativos lastreados por hipotecas imobiliárias dos EUA, e mais de 1 trilhão de dólares de fundos provenientes de todas as partes do globo foram absorvidos pelo mercado do cha-

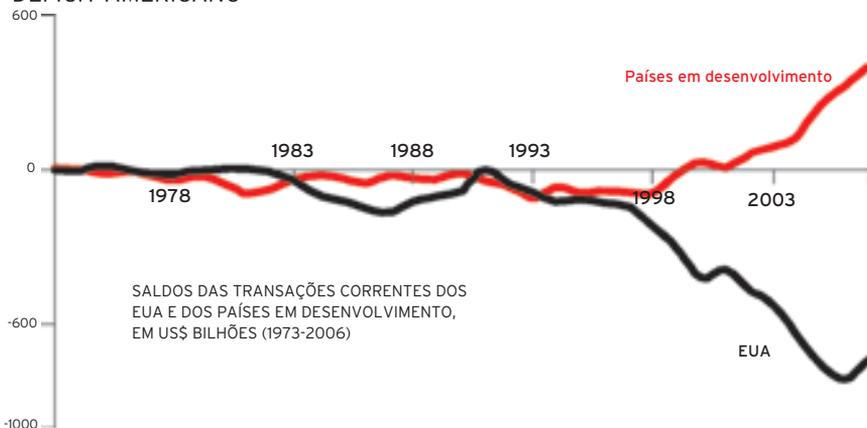
mado *subprime*. Esse movimento ajudou a financiar a compra de novas casas em todo o país e provocou também um novo crescimento do consumo, baseado no refinanciamento dos imóveis, cujo valor foi crescente durante algum tempo.

A bolha financeira nos EUA levou ao surgimento de um novo padrão de reciclagem dos dólares, que canalizou capitais excedentes dos países superavitários da periferia para os mercados americanos. A explosão da bolha, com o colapso do mercado de hipotecas imobiliárias de alto risco, se combinou com a reversão dos mecanismos que, durante as décadas de 1980 e 1990, exportavam a fragilidade do sistema para os países em desenvolvimento, durante as décadas de 1980 e 1990. Ficou evidente também a existência de um “sistema bancário oculto”. Os créditos de alto risco, baseados em hipotecas de imóveis vendidos a compradores pobres, com pouca margem para pagá-los, não estavam nos balanços dos bancos tradicionais. Tinham sido repassados a fundos e entidades não financeiras, diluídos junto com outros créditos, em papéis criados no cada vez maior e sofisticado mercado financeiro americano.

O desmanche de todo esse sistema em 2007 foi seguido de um pânico que promoveu a retirada repentina dos capitais estrangeiros privados dos ativos americanos. Isso aprofundou ainda mais a crise. A entrada de capitais privados nos EUA despencou significativamente em 2007. Esse é o momento do declínio agudo da moeda americana. Quando a crise estoura, em setembro de 2008, como também já vimos, o dólar se recupera.

Nas fases iniciais da crise do *subprime*, o impacto foi em grande parte contido no núcleo capitalista central do Atlântico Norte, formado por EUA e Europa, particularmente o Reino Unido. Os mercados emergentes foram relativamente menos expostos ao mercado de créditos baseados em hipotecas imobiliárias. Os fluxos de capital para os mercados emergentes continuaram a crescer e, em 2007, aumentaram cerca de 40% em relação a 2006. Os exportadores de *commodities*,

DEPOIS, O DESEQUILÍBRIO APÓS AS CRISES DOS ANOS 1990, A PERIFERIA PASSOU A FINANCIAR O CADA VEZ MAIS GIGANTESCO DÉFICIT AMERICANO



Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA) dos EUA

em particular, tiveram ganhos especiais, principalmente graças à alta de preços provocada pela corrida dos investidores em busca de lucros nos mercados futuros de *commodities*.

Os acontecimentos das duas primeiras semanas de setembro do ano passado – o resgate de Fannie Mae e Freddie Mac, a falência do Lehman Brothers, a venda relâmpago da Merrill Lynch, e o resgate da AIG –, no entanto, levaram a um congelamento total dos mercados de crédito. As instituições financeiras passaram a entesourar seu dinheiro e a dificultar os empréstimos, exigindo garantias cada vez mais amplas antes de emprestar. A crise de crédito nos EUA provocou um efeito dominó e espalhou-se mundialmente, acarretando a fuga de capitais da Europa Oriental, da América Latina e da Ásia. Num momento crítico de instabilidade mundial, quando os mercados não têm nenhuma confiança na capacidade dos devedores de honrarem as suas dívidas e os empréstimos são congelados, os títulos do Tesouro americano ou, em outras palavras, a moeda internacional, passam a ser a aposta mais segura.

O dólar começou a subir, ao contrário do que acontecia com uma série de outras moedas (excetuando-se o iene), por conta de um conjunto de fatores: investidores americanos passaram a repatriar fundos; especuladores ficaram cada vez mais avessos ao risco em meio à crescente turbulência; e os operadores do mercado procuraram dólares para satisfazer às demandas de seus credores. Os investidores e os bancos também começaram a retirar seu dinheiro dos bancos de investimento e dos fundos especulativos. O resultado foi uma venda relâmpago dos ativos. O desmonte dessas posições especulativas dos investidores deu lugar à necessidade súbita e desesperada de adquirir dinheiro sob a forma de dólares.

Mesmo enquanto os mecanismos de crédito americanos continuavam bloqueados e o Tesouro e o Fed preparavam e se confundiam em sucessivas versões do “Plano de aquisição dos ativos problemáticos” (TARP, Troubled assets relief plan, no nome em inglês), a demanda global



por *T-bills* cresceu. O Fed cortou as taxas de juro de curto prazo. E a intensa procura por títulos do Tesouro, da parte de instituições financeiras, acabou por forçar uma queda no rendimento desses papéis, que chegou a ficar negativo, bre-

vemente, em 8 de dezembro de 2008. Os investidores em pânico ficaram mais do que satisfeitos em perder um pouco com medo de perder muito e os dólares, sob a forma de *T-bills*, pareceram o porto mais seguro em meio à tempestade.

3. A CRISE ATUAL DESAFIA A ESTABILIDADE DO IMPÉRIO. NÃO É OUTRA CHANCE PARA FORTALECÊ-LO

Marx argumenta em *O capital* que a condição para o capitalismo ser assolado por uma crise financeira surge “onde a cada vez mais extensa cadeia de pagamentos e um sistema artificial de efetivar esses pagamentos tenham sido totalmente desenvolvidos”. O crescimento das finanças, desenvolvendo-se como uma força poderosa para moldar a hegemonia do dólar durante as últimas três décadas, fez nascer essa cadeia internacional e artificial de pagamentos. Na análise de Marx, uma crise de crédito torna explícita exatamente a quebra da “cadeia de pagamentos” que constitui o sistema financeiro. Essa quebra gera uma corrida desenfreada em busca de “dinheiro”, como o ativo mais seguro, menos arriscado e mais líquido – mais realizável no curto prazo.

Essa implosão do mecanismo do crédito de volta às suas raízes mone-

tárias tradicionais – explicitada no ressurgimento da procura por *T-bills* – é um sinal clássico de crise monetária na história do capitalismo. Marx tinha uma visão notável das crises decorrentes da quebra da cadeia de pagamentos. Como ele diz também, em *O capital*: “Sempre que há uma perturbação geral e extensa desse mecanismo, não importa qual a sua causa, o dinheiro transforma-se, repentina e imediatamente, de simples meio para contabilizar valores, em dinheiro de verdade [...] Na véspera da crise, a burguesia, com a autossuficiência que decorre da intoxicante prosperidade que ainda predomina, proclama que o dinheiro é apenas vã imaginação. Só as mercadorias são dinheiro. Mas, quando a crise é deflagrada, o grito é uníssono: só o dinheiro é mercadoria! Assim, em tais eventos, a forma sob a qual o dinheiro se materializa parece não ser importan-

te. A fome pelo dinheiro continua e os pagamentos têm de ser feitos em ouro ou em créditos monetários, tais como o papel-moeda emitido pelos bancos”.

Ao escrever há um ano na *Monthly Review*, antes que a implosão do crédito assolasse o sistema financeiro global, eu sugeri que o aumento dos fluxos de capitais para mercados emergentes, ao longo de 2007, poderia ter criado condições propícias para uma nova onda de crises financeiras na periferia e, novamente, para o ressurgimento dos fluxos de capital de volta para os EUA. No auge do pânico, em setembro passado, os capitais começaram então a voltar para os EUA, e os fluxos para os mercados de títulos e das bolsas dos mercados emergentes registraram uma saída líquida de 29,5 bilhões de dólares entre junho e setembro de 2008 – o nível mais alto desde 1995. A bolha das *commodities* nos países em desenvolvimento também colapsou, uma vez que os investidores começaram a evitar todas as transações que envolvessem risco, e as exportações despencaram, sob o impacto da recessão que se instalava nos EUA, no Reino Unido e no restante da Europa. A acumulação de reservas e excedentes pelos mercados emergentes começou a diminuir. Bolsas quebraram na Ásia e na América Latina à medida que investidores começaram a cair fora e procurar a segurança do dólar.

A fuga de capitais dos mercados emergentes precipitou a queda do valor de algumas moedas em mais de 50%, alimentando crises cambiais na Islândia, na Hungria e na Ucrânia. A Europa Oriental ficou particularmente vulnerável a essas oscilações. Com déficits em transações correntes de aproximadamente 7% do PIB e com entradas líquidas de capitais privados que atingiram 11% do PIB em 2007 – um nível que ultrapassa até mesmo o de países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina –, não é de se estranhar que uma grave crise financeira tenha eclodido também na Europa Oriental. Mas, se as crises de 1982-83 e de 1997-98 na América Latina e na Ásia Oriental foram utilizadas para consolidar



AFP

Desespero na Bolsa de Nova York: com a crise, só o dinheiro é mercadoria

a hegemonia dos EUA, desta vez o atual colapso econômico da “terapia de choque” imposta aos regimes neocapitalistas da Europa do Leste é uma situação que desafia a estabilidade do imperialismo americano, e não mais uma oportunidade de fortalecê-lo.

Embora os mercados emergentes estejam encurralados pela fuga de capitais e tenham de enfrentar as contradições das suas estratégias de desenvolvimento ancoradas nas exportações, a crise na periferia não resultou, durante a seríssima crise atual, em uma renovação do centro do sistema financeiro global. Os fluxos para os EUA são, em larga medida, para o mercado de títulos do Tesouro, em vez de se dirigirem para o combalido sistema financeiro privado. A União Europeia não se beneficia desse mesmo processo, uma vez que não existe, em seu âmbito, um mercado comparável de dívida soberana. O resultado disso é que, paradoxalmente, a liquidez nos mercados americanos

permanece em alturas recordes para os padrões históricos. O verdadeiro problema é que, apesar de toda essa liquidez, a rede estrutural de crédito não retomou seu funcionamento normal, e bancos e instituições financeiras permanecem receosos de emprestar e estão simplesmente armazenando as reservas excedentes. Em outras palavras, o estoque de dinheiro está lá em cima, mas sua velocidade de circulação está lá em baixo, mantendo poderosas forças deflacionárias. Consequentemente, o sistema financeiro internacional não mostra sinais de recuperação.

O Fed está no coração do sistema financeiro internacional. A ele cabe administrar os conflitantes impulsos com vistas, por um lado, à manutenção dos interesses imperialistas americanos e, por outro, à satisfação das necessidades domésticas. A resposta do Fed e do Tesouro americano para a atual crise é moldada por esses imperativos gêmeos, o doméstico e o internacional.



4. A CHINA NÃO TEM MAIS COMO AUMENTAR A MONTANHA DE DÓLARES QUE MANTÉM EM SUAS RESERVAS

O Fed normalmente administra o volume de crédito na economia por meio das taxas dos Federal Funds [*fed funds*, fundos federais, na abreviação em inglês], papéis que o governo vende para aplicações de curtíssimo prazo, com os quais ele calibra os juros da economia, ao influir na taxa dos empréstimos, também de curtíssimo prazo, utilizadas quando um banco empresta sobras de caixa a outro banco que teve déficit de caixa. Se falta dinheiro na praça e o juro está alto, ou seja, os bancos estão comprando dinheiro uns dos outros a preços altos, o Fed oferece dinheiro aos bancos em troca de seus próprios papéis a juros mais baixos. Mas a implosão do sistema financeiro prejudicou a eficácia desses instrumentos tradicionais de política monetária. Apesar de o Fed ter reduzido suas metas de taxa de juros para próximo de zero, não houve praticamente nenhum impacto dessa redução no sentido de reanimar a marcha de empréstimos.

Nessas circunstâncias, a estratégia adotada pelo Fed para conter a espiral deflacionária nos preços dos ativos foi a de fomentar a inflação, expandindo a oferta de dinheiro.

Essa foi a política que o famoso Irving Fisher recomendou ao presidente Franklin Delano Roosevelt durante a Grande Depressão dos anos 1930. Foi também a base da decisão daquela época de desvalorizar o dólar, elevando o preço do ouro. Ben Bernanke, o atual presidente do Fed, que se tornou famoso profissionalmente estudando a Grande Depressão, afirmou, referindo-se àquele período, que “a desvalorização e o rápido aumento da oferta de dinheiro permitiram que a deflação americana terminasse num tempo notavelmente veloz”.

O Fed está injetando liquidez de curto prazo no sistema financeiro da seguinte forma: compra *T-bills* dos bancos, em troca de novas reservas de dinheiro que lhes oferece e mantém nas suas

reservas os títulos do tesouro comprados dos bancos. Essa política de forçar o caminho para fora de uma crise que envolva queda de preços dos ativos por meio da expansão da oferta de dinheiro é chamada de “alívio quantitativo”. Além disso, a política do Fed de Bernanke não se restringe à compra de títulos públicos, mas envolve também um “alívio de crédito”: o Fed compra dos bancos e mantém nas suas reservas, em troca de novas reservas de dinheiro que dá a eles, uma variedade de ativos financeiros de menor qualidade quando comparados com os papéis de curto prazo do Tesouro.

Uma consequência dessa política é que o balanço do Fed que discrimina os ativos que ele possui tem se expandido quase que ilimitadamente. Esses ativos cresceram de 874 bilhões de dólares em agosto de 2007 para apenas 900 bilhões de dólares nas vésperas da quebra do Lehman Brothers, em agosto do ano passado. Nos poucos meses que se seguiram, o balancete do Fed pulou para cerca de 2 trilhões de dólares de ativos totais. Durante o último trimestre de 2008, a parcela desses ativos na forma de títulos do Tesouro diminuiu de 90% para 21%, tendo em vista que o crescimento ocorreu, sobretudo, pelo fato de o Fed ter adquirido também ativos de maior risco, incluindo títulos lastreados em hipotecas imobiliárias e notas promissórias de empréstimos bancários.

Uma das razões pelas quais essa injeção maciça de fundos não se traduz em reflexão – isto é, em inflação provocada pela atuação governamental na tentativa de combater a deflação – é o fato de as instituições financeiras estarem entesourando as reservas de dinheiro obtidas do Fed pela venda de seus ativos na forma de reservas excedentes mantidas no próprio banco central. Normalmente, as reservas em dinheiro dos bancos no Fed estavam, antes da crise, em cerca de 7 bilhões de dólares; atualmente essas reservas já concentram 1 trilhão de dólares

e ainda estão aumentando. O problema, novamente, é que essa crise de crédito resultou no colapso do inchado e sofisticado castelo de papéis do sistema financeiro global, e levou esse sistema de volta à sua base monetária.

O Fed tem procurado tranquilizar os investidores, garantindo que irá manter as taxas de empréstimo *overnight* em um índice próximo de zero por um longo tempo. Com isso, quer dizer que oferecerá, aos operadores do mercado, dinheiro a taxa de juros zero para que eles o invistam em aplicações de maior rendimento. A esperança implícita nessa conduta é a de que um aumento desses empréstimos será usado para comprar ativos financeiros de maior risco e restabelecerá os mercados de títulos e os fluxos financeiros para o EUA. Em outras palavras, impulsionará outra bolha! A imprensa financeira especializada já adverte para a possibilidade do advento dessa “bolha do Tesouro”. “O Fed dispara a maior bolha de todas”, disse John Kemp, em artigo da *Reuters*, de 17 de dezembro de 2008.

O perigo dessa política é estimular uma fuga de moedas dos mercados de dólar. O anúncio da política de taxa-zero e de alívio quantitativo interrompeu a rápida ascensão do dólar, após quatro meses nos quais a moeda americana registrou seus maiores ganhos desde 2002. Embora os títulos do Tesouro americano continuem sendo considerados um refúgio global seguro, é improvável que essa condição se mantenha incólume. O mercado de títulos do Tesouro americano provavelmente vai se deparar com uma oferta excessiva de *T-bills* em busca de compradores, à medida que o balanço do Fed se expande, assim como a necessidade de financiamento por parte do governo. A crescente montanha de dívida pode, enfim, minar a confiança nos títulos do Tesouro.

É bastante claro que a agenda imperialista dos EUA, que se propõe a reestruturar o mundo no pós-crise de um modo que preserve a hegemonia do dólar, depende hoje precipuamente da China, que ultrapassou o Japão e é a



Wen Jiabao, primeiro-ministro da China, e Timothy Geithner, secretário do Tesouro dos EUA, em Pequim: *T-bills* são porto seguro

maior detentora de títulos do Tesouro americano. A China, de certo modo, está amarrada à sua reserva de dólares porque a venda dessa “montanha” de títulos no mercado precipitaria uma queda vertiginosa da moeda americana e o colapso dos próprios ativos chineses em dólar. Esse “equilíbrio de terror financeiro” sustenta um arranjo em que a China controla suas enormes reservas de dólar de forma que elas sirvam à sua estratégia de crescimento com base nas exportações. De acordo com relato de Henny Sender, no *Financial Times* de 11 de fevereiro deste ano, falando recentemente numa convenção sobre gerência de risco, Luo Ping, diretor-geral da Comissão de Regulação dos Bancos da China, disse: “Deixando de lado os títulos do Tesouro americano, o que se pode guardar?” E respondeu, com outra pergunta: “Ouro?”. E continuou: “Você não guarda títulos do Tesouro do Japão ou do Reino Unido. Os títulos dos EUA são o porto seguro. Para todos, inclusive a China, é a única opção”. Sender, no artigo citado, diz ainda: “Luo, cujo inglês é quase coloquial, acrescentou: ‘Caras, nós odiamos vocês. À medida

que vocês começarem a emitir 1 trilhão, 2 trilhões de títulos, nós sabemos que o dólar vai se depreciar. Portanto, nós odiamos vocês, caras. Mas não há muito mais que possamos fazer”.

A China não pode vender a sua montanha de títulos dos EUA armazenados, mas também não será capaz de continuar sua política de armazenar esses títulos no mesmo ritmo de antes. A desaceleração das exportações chinesas, que começaram a declinar abruptamente no último trimestre de 2008, terá sinalizado uma redução na procura pelos títulos americanos, justamente no momento em que a emissão desses títulos está disparando?

Os desafios gêmeos para a agenda americana são a restauração da economia doméstica e reestruturação da combalida arquitetura financeira global de modo a preservar a hegemonia do dólar. Apesar de todos os debates sobre a renovação da regulação financeira e da possibilidade de o mundo dos negócios reais prevalecer sobre o mundo centrado em Wall Street, a realidade é bem diferente. As políticas inusitadas que o Fed está adotando e as que não foram adotadas sugerem

que ele vislumbra uma recuperação da economia dos EUA sem mudanças no mercado financeiro do país. Isso ficou bastante evidente nas distintas trajetórias dos projetos de estímulos fiscais e dos pacotes de salvamento de Wall Street no Congresso americano. No entanto, no âmbito internacional, as forças globais recessivas que foram amplificadas com a crise de crédito também provocaram um clamor por uma maior proteção do trabalho nos mercados e nas indústrias nacionais e por uma maior regulação e supervisão dos fluxos de capital internacional. Se tal clamor for sustentado por um esforço para retomar as agendas economicamente progressistas pelo mundo e pelo reforço das redes de apoio mútuo “Sul-Sul” – independentes do controle dos EUA –, isso poderá erodir o predomínio das finanças e enfraquecer ainda mais a privilegiada posição americana como centro do sistema financeiro internacional. ■

*Artigo publicado na edição de abril de 2009 de *Monthly Review*. Tradução: Bruna Bassette (OK Linguística)

RAMAA VASUDEVAN leciona economia na Universidade do Colorado (EUA). É integrante da União para Políticas Econômicas Radicais (URPE) e do coletivo *Dollars & Sense*

A PRETENSÃO CHINESA

REUTERS/José Miguel Gomez

Zhou Xiaochuan, o presidente do Banco Central da China, fala sério quando propõe uma alternativa para o dólar? | Marcos Antonio Macedo Cintra

A divulgação de um documento do presidente do Banco Central da China na véspera da reunião do G-20, no início de abril, despertou inquietação entre governos, analistas econômicos e militantes políticos. Zhou Xiaochuan (imagem acima) defendeu a criação de, no texto em inglês, uma *super-sovereign reserve currency*, administrada por uma instituição global responsável pela criação e pelo controle da liquidez internacional. A “moeda reserva super-soberana”, de valor estável, eliminaria os riscos visíveis na situação atual, na qual o dólar é a moeda internacional, e que se internacionalizou apoiada na expansão do crédito americano. A nova moeda seria ancorada em regras de emissão e administração da oferta, “a fim de alcançar o objetivo de resguardar a estabilidade econômica e financeira global”.

Zhou inspirou-se no sistema supranacional de pagamentos e provisão de liquidez proposto pelo economista britânico John Maynard Keynes, durante as reuniões preparatórias para a Conferência de Bretton Woods, em 1944, que reorganizou o sistema financeiro internacional após a

Segunda Guerra Mundial. A moeda fiduciária proposta por Keynes – o “bancor” – visava, sobretudo, eliminar o papel exercido pelo ouro, ou por qualquer moeda nacional, enquanto ativo de reserva do sistema monetário e financeiro internacional. Tratava-se de evitar a consolidação de um ativo que pudesse assumir a função de porto seguro para as aplicações no momento das chamadas “fugas para a liquidez”, exercida pelo ouro em momentos de instabilidade internacional. Tratava-se, também, de impedir que uma moeda nacional se convertesse em dinheiro universal, em particular, o dólar. E que a Grã-Bretanha ficasse sujeita às vicissitudes da política interna de outro país, no caso, os EUA.

A proposta de Zhou inspira-se também nos Direitos Especiais de Saque (DES, *Special Drawing Rights*), uma “moeda virtual”, criada em 1969, no âmbito do Fundo Monetário Internacional (FMI), durante a crise do padrão ouro-dólar. O DES foi inicialmente definido como equivalente a 0,888671 grama de ouro, que correspondia a um dólar. Após 1973, com a ruptura, pelos americanos, do

compromisso de garantir cada dólar com uma quantidade fixa de ouro, a cotação dos DES foi redefinida a partir de uma cesta de moedas.

O presidente do BC da China propôs fortalecer progressivamente os DES, em uma primeira etapa do processo de criação da moeda internacional. Seria estabelecido um sistema de compensação com as outras moedas. Hoje utilizados apenas entre os bancos centrais e o FMI, pela proposta de Zhou os DES passariam a ser usados também na liquidação de transações comerciais e financeiras internacionais, na cotação das commodities, nos balanços das corporações, na denominação de títulos e na alocação de parte das reservas internacionais dos países. A cesta de moedas que formam a base dos DES – atualmente o dólar, o euro, o iene e a libra – seria ampliada, para incluir outras, de acordo com o Produto Interno Bruto (PIB) e as reservas internacionais. Seria fortalecido também o papel do FMI como “supervisor” internacional das políticas macroeconômicas dos países membros e como gestor de um fundo internacional de reservas em DES.

Os DES foram alocados em apenas duas ocasiões. Na primeira, entre 1970 e 1972, foram distribuídos 9,3 bilhões de DES entre os países membros; na segunda, entre 1979 e 1981, mais 12,1 bilhões, totalizando 21,4 bilhões de DES, o equivalente a 32,16 bilhões de dólares pela cotação da moeda americana no início de maio. Portanto, os DES permaneceram irrelevantes no sistema monetário e financeiro internacional. A título de exemplo, em 2007 as negociações diárias no mercado global de moedas atingiram 3,2 trilhões de dólares; as exportações globais de bens e serviços, 17,1 trilhões; e, em dezembro, o PIB mundial atingiu 54,6 trilhões de dólares.

Na verdade, o enfraquecimento do FMI em relação às concepções originais significou a entrega ao banco central americano das funções de regulação de liquidez e de prestador

de última instância em âmbito internacional. Significou também o malogro do “bancor” keynesiano e a imposição do dólar como dinheiro universal, com as três funções clássicas, de unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor, e ancorado no ouro, uma vez que os EUA controlavam dois terços das reservas mundiais do metal.

A elevada especulação contra a moeda americana na década de 1970, após a ruptura da conversibilidade do dólar em ouro, foi enfrentada pela “diplomacia do dólar forte”: elevação das taxas de juros, valorização do dólar e enquadramentos dos principais parceiros-competidores, a Alemanha e o Japão. Desde então, o dólar se fortaleceu como moeda de crédito global, sob o comando do sistema financeiro americano e da dinâmica econômica dos EUA como “demandante e devedor de última instância”, isto é, com déficit em transações correntes e dívida externa.

ENORMES DESAFIOS

Nesse sistema monetário e financeiro internacional, Wall Street é o “mercado financeiro do mundo”, e o Federal Reserve (Fed), o banco central global, que emite e controla uma moeda nacional de circulação internacional, sem base metálica. A política monetária é administrada pelas taxas de juros definidas pelo próprio Fed e ancoradas nos títulos do Tesouro americano, que atuam como lastro do sistema “dólar-flexível”. No auge da crise atual, com o sistema financeiro americano sob intensa desconfiança, pois carregava os chamados “ativos tóxicos”, os investidores globais empreenderam uma fuga para os títulos do governo americano (e, portanto, para o dólar). Nesses momentos de elevação da aversão ao risco, as taxas de juros sobre os papéis do governo dos EUA desabam, facilitando a gestão da crise do ponto de vista do custo para o Tesouro americano. Diante dessa enorme assimetria de poder, os EUA vão lutar para se manter como

gestores exclusivos da moeda reserva internacional.

Assim, qualquer reforma da arquitetura monetária e financeira global terá de enfrentar os enormes desafios engendrados pela globalização financeira e produtiva – impulsionada pelos grandes bancos, pelos grandes investidores institucionais e pelas grandes corporações, sob a égide do Estado americano. Vale dizer, o processo de integração financeira e produtiva das últimas décadas expandiu o capitalismo supranacional americano em dólar-flexível. Os investidores invadiram todas as praças possíveis e imagináveis, até a China. Articularam um sistema financeiro verdadeiramente mundial. E as corporações montaram redes produtivas globais, com a migração de parte da indústria manufatureira dos países desenvolvidos para a Ásia (e para o Leste Europeu). Isso resultou em uma acumulação de reservas pelas economias emergentes – em dezembro de 2008 elas estavam em 5,2 trilhões de dólares. Nesse processo, as exportações da China cresceram de 26 bilhões de dólares em 1985 para 1,4 trilhão de dólares em 2008. Essa extraordinária expansão das exportações chinesas foi acompanhada por um enorme crescimento do investimento estrangeiro direto no país, de 2 bilhões de dólares em 1985 para 83,5 bilhões de dólares em 2007. O estoque de investimento estrangeiro direto na China saltou de 10,5 bilhões de dólares para 327,1 bilhões de dólares no mesmo período (sem contar 1,2 trilhão de dólares na praça financeira de Hong Kong, auxiliar no financiamento da expansão produtiva). As “empresas com investimento estrangeiro” – subsidiárias chinesas de empresas multinacionais e joint ventures com empresas do mundo industrializado – tornaram-se responsáveis por 52% das exportações chinesas a partir de 2002.

Isso explica por que um terço do déficit em conta corrente dos EUA decorre das relações com as próprias filiais de empresas americanas no exterior, que deslocaram parte de suas

estruturas produtivas para a Ásia, sobretudo para a China. Enfim, a expansão da economia chinesa é parte do fenômeno da globalização financeira e produtiva liderada pelos capitais e pelas empresas americanas (e também europeias, japonesas, coreanas etc.), em dólar. A China se industrializa sem uma moeda internacional.

É evidente que o presidente do Banco Central da China sabe de tudo isso. Por que então sua proposta de uma moeda supranacional? Aparentemente, ele quer dialogar com o restante do mundo, sobretudo porque seu país detém 2 trilhões de dólares em reserva, concentrados em aplicações na moeda americana, tais como títulos do Tesouro americano, das agências americanas de financiamento imobiliário, em ações e bônus das corporações americanas.

Está cada vez mais evidente, no entanto, que a China não ajudará a construir uma moeda supranacional. Ao contrário, ela lutará para expandir o papel de sua moeda doméstica, ainda irrelevante, em âmbito global. Portanto, tentará disputar o controle da moeda internacional e dos mercados financeiros (inicialmente na Ásia). Em 2007, segundo levantamento do Banco para Compensações Internacionais

O PODEROSO DÓLAR A MOEDA DOS EUA CAIU UM POUCO, O YUAN SUBIU UM POUCO; MAS A DIFERENÇA DE USO DAS DUAS MOEDAS É GIGANTESCA

GIRO MÉDIO DIÁRIO DE MOEDAS SELECIONADAS (TURNOVER) NO MERCADO GLOBAL EM ABRIL DE 2007, EM %*			
	2001	2004	2007
Dólar americano	90,3	88,7	86,3
Euro	37,6	36,9	37,0
Iene	22,7	20,2	16,5
Libra inglesa	13,2	16,9	15,0
Rublo (Rússia)	0,4	0,7	0,8
Rúpia (Índia)	0,2	0,3	0,7
Yuan	0,0	0,1	0,5
Real	0,4	0,2	0,4
Todos	200,0	200,0	200,0

Fonte: *Foreign exchange and derivatives market activity in 2007*. Triennial Central Bank Survey. Basel: Bank for International Settlements.
* Como as transações envolvem duas moedas, o valor da porcentagem total soma 200%

(BIS), a participação do yuan no giro médio diário no mercado global de moedas era de apenas 0,5%, enquanto o dólar respondia por 86,3%.

Como salientou a correspondente d'*O Estado de S. Paulo* no país: a China deu mais um passo para promover o uso global de sua moeda, ao autorizar as empresas de Xangai e de quatro grandes cidades exportadoras – Guangzhou (Cantão), Shenzhen, Dongguan e Zhuhai – a utilizar o yuan em seus negócios com o exterior. “A medida foi aprovada pelo Conselho de Estado [...], menos de um mês depois de o presidente do banco central, Zhou Xiaochuan, defender a adoção de uma nova moeda internacional.”

Outra decisão importante de Pequim para promover o uso internacional de sua moeda foram os acordos de swap cambial no valor de 95 bilhões de dólares, realizados pelo Banco Central da China com seis países, incluindo a Argentina. Os acordos não preveem o pagamento de importações ou exportação em yuan, como sugerido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no comércio entre os dois países, mas facilitam investimentos e permitem a transferência de recursos na hipótese de problemas de liquidez temporária. Espera-se, entretanto, que as grandes

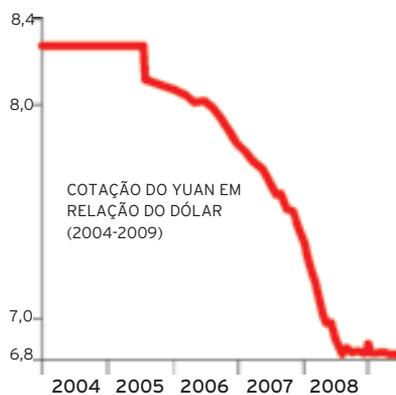
empresas chinesas, com preços competitivos, detenham mais poderes, no futuro, para impor a seus clientes no exterior o uso do yuan nas relações comerciais, sobretudo, no entorno asiático. A propósito, a China anunciou também o fim da proibição de investimentos em Taiwan. A estatal China Mobile comprou uma participação na taiwanesa Far East Tone Telecommunications. Trata-se do primeiro investimento de uma estatal chinesa na ilha desde 1949. O estoque de investimento direto no exterior de origem chinesa também se expandiu, atingindo 95,8 bilhões de dólares em 2007 (sem contar 1 trilhão de dólares em Hong Kong, que é território nacional chinês).

Deve-se observar ainda que os EUA também atuaram como empreendedores de última instância do sistema financeiro global na crise recente, por meio de operações de *swap*, troca de moedas pelo dólar com outros bancos centrais, tais como a zona do euro, Austrália, Brasil, Canadá, Cingapura, Coreia do Sul, Dinamarca, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, Suécia e Suíça. As operações somaram 529,7 bilhões de dólares em 2008, a fim de facilitar o movimento dos investidores para o dólar. Com isso, auxiliaram a conter as pressões pela desvalorização das outras moedas, inclusive da moeda brasileira.

No processo de ampliação do papel do yuan como moeda comercial no Sudeste Asiático, garantir sua estabilidade é crucial. A partir da segunda quinzena de julho de 2008, Pequim estabilizou a cotação da moeda nacional em 6,8 yuans por dólar. A decisão, semelhante à que a China tomou durante a crise asiática de 1997, tem como objetivo reduzir o risco da flutuação cambial, estimular as exportações em meio à retração da demanda mundial e fortalecer o uso da moeda doméstica nas trocas regionais. ■

MARCOS ANTONIO MACEDO CINTRA é professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O artigo que ele comenta encontra-se em http://news.xinhuanet.com/english/2009-03/26/content_11074507.htm.

O YUAN COLOU DE NOVO NO DÓLAR EM 2005, SOB PRESSÃO AMERICANA, O GOVERNO CHINÊS VALORIZOU SUA MOEDA. COM A CRISE, ATRELOU-A DE NOVO AO DÓLAR



Fonte: Bloomberg

EUA:

AFP

A photograph of Barack Obama in a dark suit and striped tie, standing with his arms outstretched. He is positioned in front of a backdrop featuring a pattern of stars and the text "THOSE MEN WHO SERVED INTELLIGENCE AGENCY THEIR". To the left, a portion of the American flag is visible. The title "A LEGALIZAÇÃO DA TORTURA" is overlaid in large, bold, red letters across the bottom half of the image.

A LEGALIZAÇÃO DA TORTURA

Com a ajuda de advogados, Bush criou as "técnicas avançadas de interrogatório". Obama vai cumprir a promessa e acabar com esse sistema? | Natália Viana

Pouca gente ouviu falar de James Mitchell, psicólogo aposentado das Forças Armadas americanas. Meses após o atentado ao World Trade Center, ele teve papel fundamental em transformar os EUA em um país que torturou sistematicamente em nome da guerra ao terror. No início de 2002, Mitchell foi chamado para ensinar à CIA novos métodos de interrogatório a serem aplicados em prisioneiros ligados à Al Qaeda que não "cooperassem". Aliou-se a outro psicólogo das Forças Armadas, Bruce Jessen, para escolher dentre técnicas usadas no programa Sere, que treina soldados americanos para resistir a torturas se forem capturados.

Contratada como prestadora de serviços terceirizados pela CIA – a diária

era de mil dólares –, a empresa Mitchell, Jessen & Associates elaborou uma lista que incluía privação do sono, violência física e *waterboarding*, ou simulação de afogamento.

"Fui colocado em uma caixa pequena, de pouco mais de um metro de altura. Puseram uma capa para isolar toda a luz e restringir o ar. Nessa posição, meus ferimentos doíam muito. Dentro da caixa ficou quentíssimo, eu suava. A ferida na minha perna abriu e começou a sangrar. Depois fui retirado e colocado em um tipo de leito de hospital, atado com cintas muito apertadas. Um pano preto foi colocado sobre meu rosto e os interrogadores usaram uma garrafa para derramar água sobre o pano para que eu não pudesse respirar. Após alguns minutos, o pano foi removido e a cama virada para a posição vertical. A pressão das amarras sobre meus ferimentos era muito forte, eu vomitei. Depois me deitaram de novo e jogaram água por mais tempo. Eu lutava contra as amarras, tentando respirar. Pensei que iria morrer. Perdi o controle da minha bexiga. Desde então, sob estresse, ainda perco o controle da urina."

A descrição detalhada do palestino Abu Zabaydah, acusado de ser especia-

lista em logística da Al Qaeda, só veio a público recentemente, quando um relatório secreto da Cruz Vermelha vazou para a imprensa. Preso no Paquistão em março de 2002, Zabaydah foi quem, dentro de uma cela em uma prisão secreta da CIA na Tailândia, serviu de cobaia para os novos métodos de tortura. "Me disseram que era o primeiro a receber essas técnicas de interrogação", disse ele à Cruz Vermelha. Zabaydah tinha razão: Mitchell estava lá para avaliar a aplicação de cada técnica de tortura. Algumas, como as caixas de confinamento, seriam deixadas de lado; outras, como o *waterboarding*, seriam usadas repetidamente.

ESCUDO JURÍDICO

Ao mesmo tempo em os detalhes técnicos eram "aperfeiçoados", em Washington realizavam-se reuniões e consultas jurídicas para travestir as práticas de legalidade. "Há dois momentos-chave para entender a tortura sistemática", diz a *Retrato do Brasil* o advogado britânico Philippe Sands, autor de *Torture team* (Time da tortura). "O primeiro foi em fevereiro de 2002, quando o governo Bush decidiu que os

prisioneiros de Guantánamo não teriam direito à proteção da Convenção de Genebra, ao chamá-los de combatentes ilegais. Sem essa decisão, fundamentada por um parecer legal do setor jurídico, eles jamais poderiam ter usado as técnicas ‘avançadas’ de interrogatório. Depois, em agosto, houve a primeira opinião legal dada pelo Departamento de Justiça sobre a tortura. Isso abriu as portas para tudo que veio a seguir.”

O memorando mencionado por Sands, assinado pelo advogado-geral assistente Jay Bybee, discute cada uma das técnicas a serem aplicadas em Zabaydah. Segundo o parecer, elas não constituem tortura por não causar dor “associada a graves ferimentos”, “que podem causar morte” ou “lesões permanentes”. No caso do impacto psicológico do *waterboarding* – em que o prisioneiro acredita que vai sufocar –, o memorando afirma que não há “dano mental permanente associado para resultar em violação do estatuto legal”. Além disso, haveria uma equipe médica zelando pela vida do prisioneiro; então, tudo bem. “Sem os

advogados, não teria havido tortura”, diz Sands.

O CRIME

Os advogados, no entanto, não agiram por conta própria. A discussão foi debatida pelo alto escalão do governo Bush em diversas reuniões. Segundo relatório da Comissão das Forças Armadas do Senado divulgado recentemente, a conselheira de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, teria pessoalmente recomendado o uso das “técnicas avançadas de interrogatório”. Em julho, o diretor da CIA, Geoge Tenet, comunicou o uso do *waterboarding* durante reunião com o vice-presidente, Dick Cheney, o procurador-geral, John Ashcroft, e o assessor legal do Conselho de Segurança, Jim Bellinger. Outras reuniões confirmaram a aprovação dos métodos no ano seguinte.

Ainda segundo o relatório do Senado, em outubro de 2002, as técnicas chegaram a Guantánamo com a aprovação expressa do secretário de Defesa, Donald Rumsfeld. Em 2003, a autorização estendeu-se para opera-

ções nas bases militares americanas no Afeganistão e no Iraque, sob as bênçãos de Rumsfeld.

Para Sands, todos os envolvidos “cometeram um crime sério e devem ser investigados e processados”. No livro de sua autoria, ele argumenta a culpabilidade dos seis advogados mais importantes da administração, os chamados “Bush six”, que incluem, além de Jay Bybee, o ex-secretário de Justiça Alberto González, o assessor do Departamento de Justiça John Woo e o ex-vice-secretário de Defesa Douglas J. Feith.

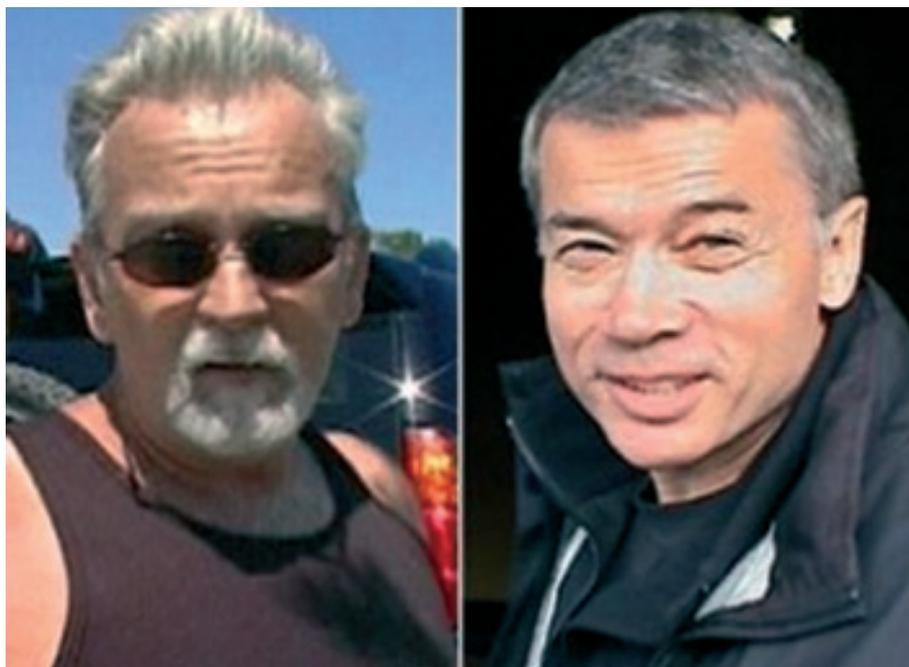
Desde o fim de março, os seis estão sendo investigados pelo juiz espanhol Baltasar Garzón, o mesmo que decretou a prisão do ditador chileno Augusto Pinochet. O caso tem admitidamente raiz no livro de Sands, que atuou nos bastidores sem estar formalmente envolvido. Segundo ele, já houve comunicados oficiais aos EUA. Além do processo na Espanha, há investigações criminais ocorrendo no Reino Unido e na Polônia.

“Algumas das pessoas que entrevistei para o meu livro têm me ligado para perguntar se é seguro viajar pela Europa”, afirma Sands. Se forem condenados, eles podem ser obrigados a jamais sair dos EUA, sob risco de serem presos. “Não é a maior tragédia do mundo, mas pelo menos algumas pessoas não vão poder comprar casas de veraneio na Toscana ou passar as férias no México”, diz Sands, mal contendo a gargalhada.

O GOVERNO OBAMA

Porém, além de estragar as férias de alguns, esses processos podem abrir precedentes e forçar os EUA a investigar e punir a tortura. “Tenho certeza de que o governo de Barack Obama está levando isso muito a sério”, diz Sands. Nem todos estão tão otimistas, no entanto. Afinal, no mesmo dia em que o presidente revogou os memorandos que justificavam a tortura, ele defendeu a postura de “olhar para a frente”, em vez de “estabelecer as culpas do passado”, e prometeu que nenhum agente

Mitchell e Jessen: a empresa dos psicólogos sistematizou a tortura



da CIA será processado por ter agido conforme as instruções legais (imagem à pág. 33).

O maior problema é que, tendo chegado à presidência com uma postura de oposição à política de segurança do governo Bush, Obama colocou-se à frente de um país militarizado e ainda assustado com o terrorismo.

Há vários exemplos de posturas hesitantes e contraditórias na nova administração. Recentemente, o governo proibiu a publicação de fotos de abusos contra presos no Iraque e no Afeganistão após ter anunciado que as liberaria. Obama alegou que as fotos somente aumentariam a má reputação do Exército americano. Além disso, retomou as controversas comissões militares de Guantánamo depois de suspendê-las por 120 dias. A administração garantiu que não serão usadas provas obtidas sob tortura, e os detentos terão liberdade para escolher advogados. O problema, segundo analistas, é que muitas das evidências não se sustentariam na Justiça regular americana, já que os detentos não tiveram direito a advogados nem foram avisados contra o risco de autoincriminação.

Por isso, Obama já anunciou que alguns deles poderão ser mantidos em prisões indefinidamente, sem direito a julgamento – o que revoltou organizações de direitos humanos que o apoiaram durante a campanha, como a União Americana pelas Liberdades Civis.

Para os críticos, o novo governo apenas está “revestindo” antigas políticas com uma nova roupagem. Afinal, as políticas do final do governo Bush eram substancialmente diferentes daquelas pós-11 de Setembro, já que a atuação do Congresso, da Justiça e da opinião pública forçou um retraimento da política linha-dura de Bush nos últimos anos. Em 2003, o *waterboarding* deixou de ser usado pela CIA. Em 2006, a Corte Suprema declarou que parte da Convenção de Genebra se aplica aos prisioneiros de Guantánamo. No ano passado, o governo já anunciava a intenção de fechar a prisão montada na base localizada em território cubano,

AFP



Sands: “algumas pessoas não vão poder comprar casas de veraneio na Toscana”

iniciando negociações com países que poderiam receber alguns dos presos. “Hoje há muito mais consenso dentre partidos políticos e esferas do governo sobre os limites legais da política de segurança. Muitas das políticas de Obama refletem esse consenso”, diz Jack Goldsmiths, que foi conselheiro legal do governo Bush.

O MESMO DE SEMPRE

Sob esse prisma, não há garantias de que o novo governo vá cumprir na íntegra o discurso do respeito à legislação internacional na guerra ao terror. Na verdade, decisões recentes demonstram que, na linha de frente, o governo americano continua sendo o mesmo de sempre.

Em fevereiro, o time legal de Obama adotou argumentos do governo Bush em dois processos judiciais cruciais para definir o futuro da política antiterror. Em um dos casos, o governo evocou o segredo de Justiça para frear ações sobre o programa de rendição extraordinária – que sequestra suspeitos e os leva para serem interrogados em outros países. Pouco depois, advogados do governo alegaram perante um juiz federal que os 600 prisioneiros mantidos há anos sem julgamento na

base militar de Bagram, no Afeganistão, não têm direito a contestar, na Justiça americana, sua detenção. Ativistas de direitos humanos esperavam que a postura da Corte Suprema sobre Guantánamo pudesse se estender a esses prisioneiros.

Ainda mais chocante, uma reportagem recente de *The New York Times* denunciou que, a mando dos americanos, países aliados no Oriente Médio têm capturado, interrogado e detido suspeitos de terrorismo. O texto afirma que o Paquistão capturou neste ano um saudita e um iemenita suspeitos de ligação com a Al Qaeda, “com a ajuda da inteligência e apoio logístico americano”. Os dois continuam detidos no Paquistão. É assim que, depois de decretar o fechamento das prisões secretas de CIA, o novo governo tem impulsionado a “terceirização” da guerra ao terror, segundo o artigo.

Não há informações sobre como esses prisioneiros têm sido tratados, mas ativistas de direitos humanos argumentam que, sob custódia de serviços de países estrangeiros, a possibilidade de sofrerem abusos é grande. Pode estar aí a chave para a nova doutrina de segurança nacional dos EUA – um país que, garante Obama, “não tortura”. ■

Lei Rouanet:



José Rosa/MinC

Retrato do Brasil encontrou o ministro da Cultura, Juca Ferreira, em Brasília, atarefado com o comando da sistematização dos milhares de sugestões colhidas na consulta pública sobre a Lei Rouanet. O processo culmina seis anos de debate sobre a reformulação da legislação, que o ministro apelidou de um nome que prefere não mencionar, mas que coincide com o de uma conhecida marca de cerveja preta. “Os mecenas brasileiros não enfiam a mão no próprio bolso, mas no bolso do governo, para promover as marcas de suas empresas”, diz.

Natural de Salvador, 60 anos, filho de pai comunista, ex-líder da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), exilado com passagens pela Suécia e pela França, o sociólogo Juca Ferreira, que substituiu Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC), enfrenta uma batalha de porte. Está confiante que vai vencer e que os resultados da reforma da Lei Rouanet serão a ampliação da importância econômica da cultura e a sua democratização.

Retrato do Brasil Em que contexto se implantou a Lei Rouanet e por que razão o MinC propõe a sua reformulação?

Juca Ferreira A Lei Rouanet sucedeu a Lei Sarney. Foi um movimento do governo Collor, em parte para fazer frente ao prestígio do Sarney, que não era exatamente um aliado, e em parte também porque o Collor mexeu muito na área cultural. Ele extinguiu instituições e esvaziou as políticas culturais. A Lei Rouanet tem 18 anos de aplicação e acumulou distorções monstruosas. É fácil compreender por quê. Em resumo, a gente pode dizer o seguinte: a Lei Rouanet pega dinheiro público e o disponibiliza a partir de critérios privados. Não se pode dizer que essa era a intenção, pois a intenção era híbrida, a de uma parceria público-privada. Mas é uma parceria que eu, como ministro, não posso dizer como é chamada na Bahia... Nesses 18 anos, entraram 90% de dinheiro público e só 10% de dinheiro empresarial. O Brasil é o único país do mundo onde o mecenato não é meter a mão no próprio bolso para fazer uma benesse social. É meter a mão no bolso do governo para fazer uma benesse social e fortalecer a marca de sua empresa.

RB A Lei Rouanet foi criada numa época em que se combatia o Estado...

JF Era um contexto de enfraquecimento do Estado, em que se dizia que o Estado era um ente caduco, um elefante, petrossauro, coisas do gênero. E em nenhuma outra área eles ousaram ir tão longe quanto foram na cultura. Essa lógica permitiu que hoje a gente tenha números escandalosos: 3% dos proponentes ficam com mais da metade dos recursos e 80% dos projetos se concentram em São Paulo e Rio de Janeiro. E não é São Paulo e Rio de Janeiro em geral, não. São os mesmos 3% que ficam com mais da metade dos recursos. Boa parte da área cultural não tem acesso. Projetos culturais ligados aos segmentos mais pobres da sociedade não têm acesso. Por quê? Porque a empresa tem interesse financeiro que lhe pode dar retorno de imagem. Acontece que nem tudo pode dar retorno de imagem. Artista de vanguarda que está inovando na linguagem ainda não tem público. Pelo contrário, está contrariando o gosto comum. Esse não tem acesso. Biblioteca não tem acesso. Arqueologia não tem acesso. Boa parte da cultura brasileira não tem acesso. Isso gerou um alto grau de concentração territorial, social e dos que

MECENATO COM RECURSO ALHEIO

O ministro Juca Ferreira fala sobre as mudanças no incentivo à cultura. A ideia é evitar que empresas usem dinheiro público na promoção da própria imagem | Antônio Carlos Queiroz e Raimundo Rodrigues Pereira

têm acesso, gerou uma distorção que não é compreensível em se tratando de dinheiro público. Além disso, esse dinheiro não é pouca coisa. Corresponde a 80% do que o ministério tem para aplicar na cultura. Portanto, 80% estão sob a égide da lógica privada. Eu tenho a impressão de que não é constitucional, e que o País inteiro engoliu mosca quando permitiu que dinheiro público fosse aplicado sem critério público. O fato de ser aplicado na cultura, essa justificativa genérica, não é suficiente.

RB Por que a lei só foi regulamentada em 2006, pelo decreto 5.761/06?

JF A lei teve várias mudanças, que permitiram que chegasse aos 100% de renúncia fiscal, o que era fartamente aplicado antes de chegarmos ao ministério. Houve modificações que não tocaram em sua essência. A regulamentação de 2006 foi uma tentativa de lhe dar um caráter de parceria público-privada. Quando chegamos aqui, em 2003, até o papel higiênico dos institutos de bancos eram pagos com dinheiro público. Festas de fim de ano de empresas eram patrocinadas com a Lei Rouanet. A árvore de Natal do Bradesco, montada na lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio

de Janeiro, era financiada com a Lei Rouanet. Para mudar isso, a gente fez o que foi possível com instrumentos infralegais. Mas, desde que chegamos aqui, a gente diz que precisa fazer uma reforma da lei. Mudar a equação da lei, a lógica dela.

RB Alguns críticos dizem que este não é o momento mais propício para a reforma, por causa da crise financeira.

JF Eu não diria que nós pensamos essa reforma para fazer frente à crise, porque a ideia da reforma é anterior. Mas ela cai perfeitamente neste momento de crise, porque está havendo uma retração da adesão do empresariado. Se ficarmos parados, com medo, vamos ser engolidos pela crise, porque nós temos um teto recorde este ano, de 1,3 bilhão de reais para a Lei Rouanet. Se não modificarmos as regras e ficarmos dependentes da adesão das empresas, esse dinheiro vai virar só um crédito não utilizado. Precisamos encontrar mecanismos alternativos. E aí é que a lei se enquadra perfeitamente bem, porque prevê vários mecanismos.

RB Quais?

JF A gente não considera a renúncia o principal mecanismo do financiamento

da cultura. O principal é o Fundo Nacional de Cultura, que disponibiliza os recursos diretamente, sem intermediação empresarial. E estamos prevendo também a possibilidade de transferir parte da renúncia para o fundo, para fortalecer esse mecanismo de financiamento direto. Eu tenho feito uma pergunta a que ninguém me respondeu ainda: se há 100% de renúncia, ou seja, se o empresariado não agrega nada ao se associar à Lei Rouanet, para que submeter os artistas à *via crucis* de sair batendo de porta em porta? Não tem lógica.

RB Justamente nesse contexto, a reforma não pode ser vista como uma medida de combate à crise, comparada com os projetos culturais que o presidente Franklin Roosevelt criou no âmbito do New Deal, nos anos 1930?

JF Isso tem algum paralelo com o período pós-crise de 1929 nos EUA. Na primeira metade da década de 1930, a economia da cultura americana era pequena e controlada pelo capital francês. E foi um ato consciente da sociedade, dos produtores culturais e do Estado americano que potencializou essa economia e nacionalizou os investimentos nessa área, que acabou

ficando entre as três maiores economias do país. A tal ponto que os EUA não seriam o que são sem o cinema americano, sem a indústria fonográfica americana, não só gerando lucros, mas também difundindo um modo de vida e, portanto, fortalecendo a presença dos americanos no mundo.

RB Quais são as potencialidades da economia da cultura no Brasil?

JF O Brasil tem uma possibilidade enorme de desenvolver uma economia poderosa. Hoje a cultura responde por 7% do PIB [Produto Interno Bruto] e emprega pouco mais de 5% da mão de obra formal. O IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], que, por demanda do ministério, fez essa pesquisa, reconhece que algumas áreas ficaram de fora. Temos condições de chegar rapidamente a 10% do PIB brasileiro, o que não é pouca coisa. É preciso compreender que a cultura pode e deve ser tratada em três dimensões: como fato simbólico, como direito de cidadania e como economia.

RB Parece que essa reforma tem também certo paralelo com o modelo de incentivo do governo ao desenvolvimento da ciência. É isso?

JF Para elaborar nossa proposta, pesquisamos modelos não só da área da cultura, mas de outras áreas públicas, e não apenas no Brasil. O governo português tem um fundo das artes excelente; o francês tem um modelo também muito desenvolvido; os EUA têm vários fundos. Acabamos descobrindo, aqui mesmo, no Brasil, o Fundo de Ciência e Tecnologia, que é muito bom, opera de maneira objetiva e atende a uma pluralidade de pesquisas que demandam a contribuição do Estado. Percebemos que no interior desse Fundo tinha o embrião do que a gente queria.

RB Entre as críticas à reforma, destacam-se algumas do Ministério Público Federal, segundo as quais a proposta não oferece mecanismos para a descentralização regional na aplicação dos recursos.

JF Essas críticas foram apresentadas por procuradores do Ministério Público, mas não em nome da instituição. Eles têm razão quando dizem que nós tínhamos a intenção de apresentar o corpo da lei, transferindo a regulação para instrumentos infralegais. Mas, a partir da consulta pública, percebemos que incorporar os critérios à lei dá mais segurança e cria a possibilidade de uma sustentação e de uma adesão maiores. A gente assumiu o compromisso de incorporar ao projeto esses critérios.

RB A adoção de critérios resgata o artigo 22 da lei atual, que proíbe critérios subjetivos no julgamento das obras?

JF Esse artigo proíbe, mas não impede. Toda vez que um ser humano fica diante de um problema, de uma opção, sem critérios objetivos definidos pela sociedade, ele vai adotar critérios subjetivos. A Lei Rouanet, naquele contexto a que me referi, foi interpretada segundo a crença de que o mercado e a sociedade, entre aspas, teriam mais condições de determinar o que era meritório num projeto cultural. Na verdade, os critérios de julgamento foram transferidos para os departamentos de *marketing* das empresas, que não

têm de prestar contas a ninguém. Nós tínhamos retirado da proposta o artigo 22 porque é inócuo afirmar que não se deve usar critérios subjetivos se você não dá possibilidade de haver critérios objetivos. Já recuperamos a menção. Mas a novidade é que vamos dotar o fomento e o incentivo à cultura no Brasil de critérios objetivos, possivelmente renováveis periodicamente, para que a gente vá adensando a capacidade de avaliação e evite as distorções.

RB Que critérios são esses?

JF Os critérios deverão ser ordenados em três dimensões: garantir o desenvolvimento da economia da cultura; garantir um aumento da sensibilidade, com mecanismos de acessibilidade ampla; e garantir o desenvolvimento cultural, o aprimoramento e o desenvolvimento de linguagens e coisas do gênero.

RB Mas há também o argumento de que, com a definição de critérios, o Estado estaria querendo impor os seus pontos de vista.

JF Eu já disse que esse argumento é tão inconsistente que parece leite em pó instantâneo, que se dissolve sem precisar bater. Ora, nós estamos construindo um modelo de gestão compartilhado.

OS DESVIOS GASTOS COM PAPEL HIGIÊNICO E CATATAU PUBLICITÁRIO SÃO EXEMPLOS DE MAU USO DA LEI

A menção do ministro Juca Ferreira ao desvio dos recursos da Lei Rouanet para financiar papel higiênico é literal. O truque funcionava assim: o instituto interessado, em vez de fazer a previsão de despesas para a manutenção de seus equipamentos (incluindo a limpeza e conservação de salas, salões ou edifícios) durante determinado evento, esquentava o projeto com o lançamento desse tipo de despesa para um período mais largo. Garantia assim a compra de papel higiênico, entre outros itens, suficiente para um ano inteiro ou mais.

Outro desvio comum era a multiplicação de verbas para a elaboração de projetos, cujo teto previsto na lei é de 10% do montante. No planejamento de uma exposição itinerante a cinco cidades, o interessado podia captar 10% para elaborar o projeto. Na prática, alguns desdobravam a proposta em cinco, ampliando assim os recursos dessa rubrica.

Um terceiro desvio era feito com a edição de livros que supostamente contariam uma história de interesse público. Exemplo: em vez de narrar a história do aço no País, a Usiminas aproveitou o tema para publicar a sua própria história. E, em vez de contar a história dos caminhões no País, a Mercedes-Benz produziu um cartapácio de propaganda da empresa.

A CULTURA SOB ROOSEVELT INCENTIVAR ATIVIDADES DO SETOR FEZ PARTE DA ESTRATÉGIA DE COMBATE À GRANDE DEPRESSÃO

Para enfrentar a devastação produzida pela crise financeira de 1929 e guindar os EUA à condição de superpotência, o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt fez maciços investimentos estatais em todas as áreas da economia, incluindo a cultura. Em vez de criar frentes de trabalho para o transporte inútil de pedras de um lugar para outro, criou, por exemplo, sob pressão dos artistas, o Projeto Federal de Teatro. A iniciativa resultou em centenas de espetáculos e empregou milhares de trabalhadores, desde carregadores de piano até grandes mitos, como o ator e diretor de cinema Orson Welles.

O panorama dessa época foi bem retratado no filme de Tim Robbins, *O império vai dançar* (*Cradle will rock*), de 1999, sobre a saga do produtor de teatro Marc Blitzstein, que, entre outros espetáculos, montou a *Ópera dos três vinténs*, de Bertolt Brecht e Kurt Weill.

Hoje, o Fundo Nacional de Cultura é de exclusiva responsabilidade dos gestores públicos. Estamos propondo que seja compartilhado, metade, metade, com os produtores culturais e a sociedade. Esses empresários críticos não são um bom exemplo de generosidade, porque, dos projetos que são aprovados pelo ministério e que vão para o *Diário Oficial*, eles só financiam 20%, uma média constante. O resto é excluído, e eles excluem o que não dá retorno de imagem. Na verdade, esse argumento mascara o dirigismo de mercado. O que a gente quer são critérios pactuados publicamente, que tenham legitimidade e que estarão sob o crivo da crítica. Se não forem bons, serão reformulados. Vamos usar a inteligência como instrumento de construção de parâmetros sociais.

RB Será que esses critérios garantirão mesmo a regionalização da produção cultural?

JF Claro. Pessoalmente, vou defender, na sistematização das propostas, que nenhum estado ultrapasse um determinado percentual e também que nenhuma região fique aquém de determinados percentuais que considerem a concentração demográfica e o grau de desenvolvimento cultural, como todas as outras políticas públicas são obrigadas a considerar.

RB A questão é que há muito preconceito contra as regiões fora do Sudeste, não é?

JF A tese que defenderam no início, mas que pararam de defender, por vergonha, é que o que existe de relevante culturalmente no Brasil já está no Rio e em São Paulo. Eu posso dar uma lista cansativa, de 1 milhão de exemplos, em qualquer área, altamente relevantes para a cultura nacional, produzidos fora do eixo Rio-São Paulo. Então, não se trata de uma reforma contra ninguém, mas de uma reforma que possibilite lidar com a complexidade brasileira.

RB O ministério está agora fazendo a sistematização das mais de 2 mil propostas colhidas na consulta pública. Quando é que o projeto segue para o Congresso?

JF Provavelmente, até o fim de junho. A gente está discutindo essa reforma há seis anos. É um assunto para lá de amadurecido. Os que são contra são poderosos, mas são poucos. Não acreditavam que a gente fosse levar isso à prática. Mas a gente amadureceu e amadureceu e amadureceu. E discutiu e discutiu e discutiu. E examinamos outras experiências. Então, estamos perto de um projeto. Agora, vamos agregar os critérios. Eu acho que essa vai ser a grande discussão, porque o resto já está fartamente aprovado. O bom da democracia é que ela vai assumindo a complexidade. A reforma da lei é um passo importante na democratização da política cultural no Brasil. ■

VISTA A CAMISA DA IMPRENSA POPULAR

leia RETRATO DO BRASIL



www.retratodobrasil.com
vendas@retratodobrasil.com
Fones.: 11 3813-1527
11 3037-7316

Augusto Boal (1931-2009):

Viva Boal!

No último 2 de maio, o mundo perdeu um dos mais geniais criadores de teatro de todos os tempos: Augusto Boal. Inventor do Teatro do Oprimido, Boal deixou herdeiros determinados a levar adiante sua obra. Uma delas é Helen Sarapeck, coordenadora artística do Centro do Teatro do Oprimido. Helen diz que existem grupos de Teatro do Oprimido ativos nos cinco continentes: “Só entre Brasil, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Senegal, há mais de 120 grupos”, calcula.

As técnicas criadas por Boal encorajam o povo oprimido a entrar no espaço do teatro, interpretar seus dramas ou o de seus pares e, juntamente com a plateia e com um tipo de mestre de cerimônias (ou coringa, conferencista, explicador, *meneur de jeu* – entre outros termos usados por Boal), transformá-los. O antigo espectador transforma-se em ator, e a plateia apresenta possibilidades de solução para a situação opressiva que o protagonista enfrenta.

Um exemplo desse trabalho é testemunhado por cerca de 50 pessoas, 15 dias após a morte de Boal. Elas estão no casarão antigo que abriga a Casa do Oprimido, na Lapa, Rio de Janeiro. Um feltro vermelho, em forma de lua crescente, cercado por três arquibancadas, delimita o palco, onde se apresentam dois grupos de teatro formados por usuários de serviços de saúde mental – trata-se de um ato contra a internação em manicômios.

DOIDO PARA TRABALHAR

O grupo Liberarte é formado por pacientes internos do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. O grupo Pirei na Cena é formado por pacientes do Hospital Estadual Psiquiátrico de Jurujuba, de Niterói. Alessandro Conceição, o explicador, explica que os primeiros espetáculos do grupo Pirei na Cena exploravam a questão da sexualidade entre os “malucos”. Agora, o tema é outro: o mercado de trabalho.

O espetáculo intitula-se *Doidinho para trabalhar* e tem como protagonis-

O ARTISTA

ta Severino, que recebeu alta e tenta voltar a seu antigo emprego em uma floricultura. A patroa, no entanto, não o aceita, alegando que ele surtou e assinou a carta de demissão, o que ele nega. Sem conseguir convencer a mulher a readmiti-lo, Severino arranja emprego na casa de um casal rico, onde é explorado de montão. O público ri muito com as cenas. A nova patroa descobre que Severino toma remédios para a cabeça e resolve mandá-lo embora. Como o seu marido sente culpa, ela lhe diz para dar baixa na carteira de Severino como inválido, para que ele receba uma pensão do governo, sem trabalhar. Mas Severino diz: “Isso não é válido, eu não sou inválido, sempre fui capaz”. “Agora não é mais”, diz a patroa, que lhe entrega uma enorme carteira de trabalho na qual se lê bem grande: “inválido”. O público aplaude de pé.

Conceição conclama a plateia a tomar o lugar de Severino, para propor alternativas que melhorem sua situação. Uma mulher se apresenta e diz ao casal que eles agem ilegalmente; exige o pagamento do salário. O casal concorda em pagar. Conceição pergunta à plateia se alguma coisa mudou. Uns dizem que sim, outros, que nem tanto.

Agora, é um homem que ocupa o lugar de Severino. Ele convence o casal a mantê-lo no emprego, pois, apesar de seguir tratamento psiquiátrico, “nunca surtou no serviço, não pôs açúcar no camarão, não jogou o cachorrinho da patroa pela janela, não sujou a piscina” (coisas que a patroa temia que Severino fizesse). A plateia acha que o ex-espectador agora ator se saiu muito bem.

Outra moça substitui Severino. Diz que ficou doente, mas está fazendo tratamento e que se o casal insistir na demissão ela pode procurar o Ministério do Trabalho. A plateia concorda; um diz que os “malucos também têm direitos”.

Eliana Guimarães, de 50 anos, que faz o papel da florista na peça, diz a *Retrato do Brasil* que seu primeiro surto foi em 1982, quatro anos depois de sua chegada ao Rio, vinda do norte de Minas Gerais. Veio com um bebê e mais um filho e diz que surtou de saudades dos outros dois filhos, que ficaram com o marido.

“Eu só ficava deitada no chão da casa da minha tia, chorando o dia inteiro. Ela mandou meus filhos de volta e me internou. Fiquei internada até que me perguntaram se eu queria fazer tea-



NEY MOTTA/Arte Contemporânea

DOS OPRIMIDOS

O teatrólogo carioca criou uma forma de representação artística engajada na vida dos mais humildes. E há quem afirme que foi melhor que Brecht | Lia Imanishi

tro”, conta ela. “Gosto muito do teatro. Antes eu tinha medo das pessoas, medo da noite. Com o teatro, comecei a me relacionar com as pessoas, sair. Hoje vou ao psiquiatra só uma vez por mês.”

Mônica Medalha, de 47 anos, conta que surtou depois de um trauma pós-parto, há 23 anos. Desde então, foi internada várias vezes. “Sofri muito em um hospital psiquiátrico de São Gonçalo. Ficava sem tomar banho, tinha piolho, roubavam as minhas coisas. Foi um escurinho, o Eneias, que me levou para o teatro. Fizemos a peça *Melhor prevenir do que remediar*. Ganhei o papel principal, da Noia. Ela era uma usuária de saúde mental que a mãe não deixava brincar, namorar; tratava-a como escrava. E o Eneias era o pai submisso. Fiquei dez anos sem me internar por causa do teatro. Depois tive de sair para cuidar de um tio que estava muito doente. Logo depois ele morreu. Na mesma época, faleceu um outro tio. Aí fiquei dois meses internada; aquilo mexeu muito com minha psiquê. Agora estou voltando para o teatro. Já arranjei marido. Mas ainda tomo diazepam, prometazina, fenazina injetável”, enumera.

O psiquiatra Marcos Argolo, diretor do Hospital Heitor Carilho, conta à repórter que o Teatro do Oprimido

funciona no local há dois anos, desde que ele assumiu o posto. Ele diz que o Liberarte, mesmo estando vinculado a uma unidade prisional, tem autorização para sair e fazer espetáculos. “Na primeira vez em que eles saíram para se apresentar, foram de camburão e algemados. Hoje, vieram de van, sem algema, só com três seguranças.”

Argolo fala dos pacientes que participam da experiência: “A gente percebe que há uma mudança grande na dinâmica do hospital. Os pacientes ficam mais sociáveis, menos isolados. O teatro dá uma oxigenação. É uma linguagem bem mais forte do que a que eu, diretor, posso passar. Essa linguagem sensibiliza bem mais do que qualquer outra técnica”.

Nascido em 1931, Augusto Boal cursou química industrial para agradar o pai, que sonhava ver todos os filhos doutores. Na faculdade, virou diretor cultural do centro acadêmico e organizou um ciclo de conferências, convidando Nelson Rodrigues. Tornaram-se amigos.

Boal estudou com Luiza Barreto e Sadi Cabral, os primeiros a lecionar as técnicas do ator russo Constantin Stanislavski no Brasil. Participou da fundação do Teatro Artístico do Rio de Janeiro, que imitava ou parodiava o de Moscou, onde trabalhava Stanislavski. Aí começou o questionamento de Boal sobre a função social do teatro, como ele conta no livro autobiográfico *Hamlet e o filho do padeiro*: “Dizer o que ao público: o que nós sentíamos ou o que achávamos que ele deveria sentir? Pensar o que pensávamos ou o que ele deveria pensar? Testemunho ou catequese? Teatro deve divertir ou educar? Educar em latim quer dizer conduzir. Teríamos nós o direito – e o poder – de conduzir nosso público? Aonde?”

Formado em química, Boal ganhou do pai um ano de especialização nos EUA. Foi então atrás de John Gassner, papa da dramaturgia, que tinha sido professor de Tennessee Williams e Arthur Miller. Gassner o levou para o famoso

Actors Studio. Lá compôs o *Writer’s Group*, com dez futuros dramaturgos. Findo o ano letivo, foi aprovado sem entusiasmo em química e com louvor em teatro. Ganhou um concurso promovido pela Columbia University, de peças em um só ato, cujo prêmio foi a montagem do texto.

De volta ao Brasil, em 1955, rejeitou um emprego na Petrobras. Foi convidado a dirigir o Teatro de Arena, em São Paulo. Ali montou *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri. A peça inovou ao introduzir uma temática bem brasileira.

MAIS QUE BRECHT

Bertold Brecht pedia ao espectador que pensasse com sua cabeça, mas não dava espaço em cena para ele expressar seu pensamento. Boal queria mais, queria um espectador ativo. Encontrou alguns em Santo André, no Seminário de Dramaturgia que promoveu no Sindicato dos Metalúrgicos, antes do golpe militar. Os operários escreviam sobre si mesmos e compunham o elenco. A peça do operário Jurandir, *A greve*, foi a mais elogiada. Ela relatava uma greve que ocorreu no ABC paulista. Na estreia, o personagem fura-greve era vaiado a cada réplica. Um espectador contestou a fala do personagem e subiu ao palco para dar sua versão dos fatos. Disse que não era contra a greve, mas contra a ideia de fazê-la naquele momento. A prova de que estava certo era o fato de que o movimento fora derrotado, disse.

O ator que representava o fura-greve lançou-se fora do texto: “A greve foi derrotada porque pelegos como você, covardes, ficaram em casa ou foram para a fábrica fazer contrapiquete!”. O Teatro Fórum, de Boal, começou a germinar ali. Nasceria alguns anos depois, em 1973, no Peru, quando uma espectadora entrou em cena, substituiu a protagonista e mostrou o que faria se estivesse em seu lugar.

Após o golpe militar, os artistas começaram a sentir a mão pesada da censura. O espetáculo *Feira paulista de opiniões*, montado em 1968, no teatro

Ruth Escobar, em São Paulo, e dirigido por Boal, teve 65 das 80 páginas de texto vetadas. Na estreia, Cacilda Becker conclamou à desobediência civil: a *Feira* seria representada sem alvará, desrespeitando a censura. No dia seguinte, o teatro estava cercado pela polícia. Numa espécie de manobra guerrilheira, artistas e público seguiram para outro teatro, onde protestaram contra a ação policial. Dias depois, todos os teatros da cidade estavam cercados.

Em 1968, Boal foi a Cuba a convite de uma organização clandestina. Na volta, montou mais de 30 grupos de Teatro Jornal. Os participantes liam os jornais diários, selecionavam notícias teatralizáveis, ensaiavam à tarde e representavam à noite, em qualquer lugar, desde que longe da polícia.

Veio o AI-5, que endureceu a ditadura, e Boal foi preso e torturado. Viu amigos sumirem, ocupou celas solitárias e coletivas. “Metaforicamente, o Teatro do Oprimido nasceu na prisão”, diz na autobiografia. “Gosto de dizer, nele o cidadão no presente estuda o passado e inventa um futuro. O palco, a arena, como a cela ou o pátio da cadeia, podem ser esse lugar de estudo.”

Intelectuais de vários países pressionaram os militares para que fosse libertado. Arthur Miller redigiu carta, assinada por centenas de nomes ilustres, enviada ao governo brasileiro e publicada nos EUA. Ouvido em juízo, Boal conseguiu autorização para deixar o País, para participar de um espetáculo com o Arena, no Festival de Nancy. Prometeu retornar findo o evento e estar presente na hora da sentença. Voltou só dez anos depois, em 1979, pouco antes da Anistia. Exilou-se em Portugal e na França.

“Na Europa comecei a me preocupar com opressões das quais não se falava na América Latina: solidão, incomunicabilidade, vazios, angústias múltiplas – diferentes do salário mínimo, da falta d’água, fome e violência, greves, mas... muita gente se suicidava por não poder suportá-las... Eu tinha o dever de ampliar o arsenal do Teatro do



“Doidinho para trabalhar”: o grupo Pirei na Cena, formado por pacientes de hospital de Niterói, encenam a saga de Severino

Oprimido, inventando novas técnicas que ajudassem as vítimas dessas torturas psicológicas a teatralizarem suas opressões, compreendê-las e combatê-las”, relata Boal no livro.

De volta ao Brasil, filiou-se ao PT carioca e, em 1992, elegeu-se vereador. Organizou o Teatro Legislativo, que formou 19 grupos que apresentavam suas ideias fazendo teatro. Elas eram levadas à Câmara Municipal e transformadas em projetos de lei. Durante seu mandato, foram apresentados 36 projetos por esses grupos, dos quais 13 viraram leis municipais. Experiências análogas foram feitas na Alemanha, na França e na Inglaterra.

O conceituado crítico de teatro Richard Schechner, diretor da revista *The Drama Review*, diz que “Boal conseguiu fazer aquilo que [o teatrólogo alemão Bertold] Brecht apenas sonhou, pois escreve e pratica um teatro alegre e intuitivo, uma forma de terapia social”.

Apesar de sua relevância artística e social, o Centro do Teatro do Oprimido vive uma situação prática delicada. O

grupo, que se mantém financeiramente graças a convênios com diversos ministérios, está impedido de receber as verbas por conta de uma querela de 25 mil reais com um órgão do Ministério da Justiça.

“FICOU UM VÁCUO”

Helen Saraeck explica que Boal chegou a conversar sobre o problema com o ministro Tarso Genro, sem resultado. Até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu à viúva de Boal, Cecília, interceder no caso. “Mas, até agora, a situação não se resolveu”, disse Helen em meados de maio. “Há três meses não recebemos mais o repasse de nenhum ministério. O mais difícil é a tristeza que fica. O Boal era uma pessoa muito intensa, era o mentor, o filósofo. Ficou um vácuo que a gente está tentando preencher. Mas temos base, muito estudo da metodologia, da ideologia do Teatro do Oprimido. Uma semana antes de falecer, ele entregou à editora Garamond um livro [*A estética do oprimido*] em que debatemos capítulo por capítulo. Nós escrevemos o livro com ele.” A obra deve ser lançada

em agosto, por ocasião da Conferência Internacional do Teatro do Oprimido, que será realizada no Rio.

Helen é coringa, como são denominados os que compõem o elenco fixo do centro. A coringa que trabalhou com Boal por mais tempo (23 anos) é Claudete Felix. Helen, Olivar Bendelack, Geo Britto e Bárbara Santos estavam com ele havia 19 anos. Há nove anos no grupo, estão Cláudia Simone e Flávio Sanctum.

Os grupos de Teatro do Oprimido são compostos por camponeses sem-terra, crianças sem abrigo, idosos, estudantes negros, indígenas, quilombolas, favelados, operários sindicalizados, mulheres espancadas, presos, trabalhadoras domésticas, homossexuais discriminados, usuários de programas de saúde mental e muita gente comum, do pipoqueiro da esquina ao catador de lixo. Apesar das dificuldades que tais grupos e até mesmo o Centro do Teatro do Oprimido enfrentam, eles continuam ativos. E, por meio deles, Augusto Boal se mantém vivo. ■



As riquezas do Brasil
nunca estiveram
em tão boas mãos:



A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP trabalha pelo desenvolvimento do Brasil com uma regulação efetiva e transparente. O nosso País, sem abrir mão do monopólio sobre suas riquezas, hoje conhece melhor seu potencial petrolífero, conta com reservas crescentes, atingiu a autossuficiência na produção de petróleo, reduziu a dependência de gás importado e chegou às descobertas no Pré-sal. Com o etanol e o biodiesel, diversifica cada vez mais suas fontes de energia. Essas conquistas, de grande importância para a soberania do Brasil, abrem portas para a criação de novos empregos e mais renda para os brasileiros. A ANP promove tudo isso com regras claras, justas, baseadas na Constituição e nas leis nacionais, obrigatórias para todas as empresas que atuam no País. É a ANP cuidando do que move o Brasil.

Suas.



Ministério de
Minas e Energia



Livro:

A internet é útil, mas há quem tente impingir-la como uma espécie de aldeia global rediviva. Será que essa ideia está de volta para escravizar as almas do presente? | Flávio de Carvalho Serpa

Futuros imaginários, de Richard Barbrook, doutor em ciências políticas pela universidade britânica Westminster, ganhou público por uma premiação curiosa. Em 2008 a obra conquistou da Media Ecology Association o prêmio anual Marshall McLuhan, justamente o popular teórico canadense que criou o conceito de aldeia global que Barbrook desanca impiedosamente em *Futuros imaginários*. Para ele, o livro de McLuhan, editado em meados dos anos 1960, que apresenta pela primeira vez essa ideia, é “uma combinação ofuscante de títulos chamativos, generalizações espalhafatosas e inserções infundadas [...] conceitos difíceis transformados em frases de efeito malucas”.

Os meios de comunicação como extensões do homem, a obra de McLuhan criticada por Barbrook, surgiu na esteira de euforia mundial com o primeiro satélite de comunicações mundiais, o Telstar, que prometia uma nova era planetária com a quebra das fronteiras nacionais e o aparecimento da gloriosa aldeia global. Se o sistema de impressão tipográfico de Johannes Gutenberg catapultou a humanidade para uma nova era já no século XV, as novas mídias instantâneas e convergentes da TV, satélites e computadores iriam, nas promessas de McLuhan, disseminar as oportunidades de igualdade e progresso em todo o planeta.

Mais de quatro décadas depois do sucesso editorial de McLuhan, no entan-



EXTERMINADORES DO PASSADO

to, a utopia do consumismo planetário está longe de ser alcançada. Mesmo com a economia superaquecida no lado da produção e da oferta, a contraparte da demanda e do consumo permanece caótica e extremamente vulnerável às crises. A esperança de que a fluidez de conexões da aldeia global solucionasse os entraves que os governos reguladores e as economias de mercado livres mais atrasadas não resolviam com sua mão invisível parece hoje estagnada.

“A chegada da sociedade da informação não precipitou uma transformação social mais extensa”, constata Barbrook. “Ao contrário do que diziam as doutrinas do mcluhanismo, a convergência das mídias, das telecomunicações e da computação não libertou – e nunca libertará – a humanidade. A internet é uma ferramenta útil, não uma tecnologia redentora.”

Futuros imaginários é uma obra fácil de ler, embora essencialmente acadêmica. A vasta bibliografia, por exemplo, ocupa 38 das 420 páginas de textos. Porém, como não há nenhum documento de referência com dados sobre as mudanças das estruturas de trabalho, tipos de novas e velhas ocupações, produção e consumo, fica a impressão de que o motor da história é a conspiração da *intelligentzia* ideológica. A inovação científica e tecnológica parece

só emergir como a materialização de planos diabólicos inventados por algumas dúzias de pensadores e estrategistas em pontos-chave do Estado, dos partidos políticos e das grandes empresas.

MANIPULAÇÕES DO FUTURO

A ideia de que setores da sociedade produzem futuros imaginários para engabelar os cidadãos do presente não é propriamente nova. Afinal, é isso que as religiões fazem com as promessas de vida eterna para quem se comportar adequadamente neste vale de lágrimas. Modestamente, no entanto, Barbrook aplicou um corte histórico no estudo do poder do imaginário como arma estratégica da dominação das mentes. Ela começa apenas em 1964, quando ele, aos sete anos de idade, visitou a Feira Mundial de Nova York (imagem ao alto). Em plena Guerra Fria, a manipulação do futuro era um ingrediente na batalha contra a União Soviética, que também agitava sua versão do porvir – o comunismo do pós-socialismo.

Barbrook é um acadêmico singular. Egresso do movimento *punk*, militou em rádios piratas ostensivamente. Basicamente, ele parece ser um menchevique, a ala derrotada pelos bolcheviques na Revolução Russa de 1917. Segundo os mencheviques, o atraso social do feuda-

FUTUROS IMAGINÁRIOS Das máquinas pensantes à aldeia global

Autor Richard Barbrook
Editora Peirópolis
Ano 2009
n. de páginas 448

lismo russo não serviria de base para a implantação do poder do proletariado. A emergência do socialismo e, depois, do comunismo só era possível nos países industrializados de parte da Europa ou nos EUA, onde as forças de produção e de exploração do proletariado já haviam atingido um estágio superior.

MARXISMO SEM MARX

Barbrook acha que esse cisma teve consequências bizarras. O trotskismo, outra ala varrida da cena política russa, foi se aninhar no exílio. Empurrados pelos terríveis stalinistas, os trotskistas caíram nos braços do que parecia ser, na primeira metade do século XX, o pior inimigo da classe operária: o imperialismo americano. Pois bem, o poder imperial não podia mais se apoiar no puro e simples liberalismo econômico do *laissez-faire*, com suas jornadas criminosas de exploração aguda dos trabalhadores, sem controle do Estado. Para competir com o stalinismo e sua utopia comunista, os EUA tinham de ter também uma teoria científica do desenvolvimento histórico lastreada em relações econômicas e sociais materiais.

É o que Barbrook considera ser a construção de “um marxismo sem Marx”. Os autores dessa proeza intelectual eram, segundo Barbrook, todos ex-comunistas desencantados. O pioneiro foi James Burnham, um ex-trotskista norte-americano que galgou os escalões da elite conservadora e dos serviços de inteligência estratégicos dos EUA com uma nova teoria do poder: burocratas que dirigiam o Estado gigante e as grandes corporações eram a “nova classe dominante, a elite gerencial”. O segundo, Walter Rostow, “um proeminente acadêmico financiado pela CIA no MIT [Massachusetts Institute of Technology]”, autor do livro “que finalmente proveu o império estadunidense com sua própria e distinta grande narrativa da modernidade: *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rostow, vagamente socialista antes de ser cooptado, elaborou uma sequência de condições sociopsicológicas para que a modernização da economia pudesse ser alcançada. A partir de um determinado

ponto, ocorreria o que ele chamava de “decolagem” da economia – um conceito ainda popular até hoje e que teve muitos seguidores no Brasil.

Na alegria otimista dos anos Kennedy, Rostow foi o primeiro supervisor da Aliança para o Progresso, cujo objetivo era dar uma alternativa política às emergentes guerras de libertação no continente, especialmente depois da vitória da Revolução Cubana e as peralices libertárias de Che Guevara, sem esquecer a pavorosa ameaça do governo reformista de João Goulart no Brasil.

A “decolagem” levaria à sociedade de consumo de massa um modelo universal aplicável a toda a humanidade. Para ele, o desenvolvimento era uma história sem sujeitos, era um processo que se desdobrava segundo sua dinâmica interna, e não uma luta de classes ou de desenvolvimento das forças produtivas.

No “capitalismo planejado” de Rostow, “sob a supervisão do governo, um ciclo virtuoso foi criado entre o aumento da produção e o consumo crescente. Com mais dinheiro para gastar, trabalhadores compraram mais bens e serviços. Com os lucros em alta, os capitalistas pagaram mais dividendos, aumentaram salários e geraram empregos. Pela primeira vez a maioria da população que produzia a riqueza da nação também a consumia”, gabava-se John Kenneth Galbraith, outro bruxo da sociedade afluente. Nenhum país, observa Barbrook, conseguiu sair do subdesenvolvimento seguindo as etapas de Rostow, embora o etapismo e a terminologia da “decolagem” ainda frequentem os discursos dos políticos. Os inimigos de Rostow também não tiveram um fim mais feliz. A solução leninista e bolchevique do partido de vanguarda profissional para suprir a falta de um proletariado e um nível adequado de desenvolvimento das forças produtivas, como queria Marx, desmoronou-se estrepitosamente com a URSS.

Mas, segundo Barbrook, novas contradições apareceram justamente no polo vitorioso, o americano. Os grandes empulhadores do futuro imaginário seriam agora os evangelistas da ciberutopia californiana. Agrupados na revista *cult* da moda, a *Wired*, esses intelectuais *juppies* remanescentes da

cultura *hippie* estão tentando ressuscitar o mesmo Marshall McLuhan que Barbrook abomina. Na visão de Barbrook, os pioneiros da internet criaram uma “economia de dádiva” na qual tudo era grátis e compartilhado. “Esses mcLuhanistas reestilizados argumentaram vigorosamente que grandes governos deveriam manter-se afastados dos bacanas empreendedores de novas mídias recheadas de recursos que compravam espaços publicitários nas páginas da *Wired*”, denuncia Barbrook.

VAGABUNDAGEM CIBERNÉTICA

A mistura do “comunismo cibernético” com a ideologia liberal dos *juppies* criou uma confusão tão grande que a Microsoft se sentiu obrigada a fornecer gratuitamente seu programa navegador, o Windows Internet Explorer, e com isso esmagou seus concorrentes. Mas sabiamente Bill Gates continuou cobrando (e caro, caro mesmo) seus aplicativos *off-line*. As empresas de comunicação, jornais e revistas entregaram todo o ouro para os aldeões globais e não têm como voltar atrás. E o que é pior: revistas e jornais passaram a perseguir o grande prêmio, o ouro de tolo da idade das comunicações. Para alcançar mais espectadores, entre as vastas populações pouco educadas, rebaixaram radicalmente a qualidade da informação e dos serviços.

Ao qualificar a internet como uma “ferramenta útil”, e não uma “tecnologia redentora”, Barbrook recoloca muitas coisas no lugar. Mas o estrago das ilusões libertárias num futuro cibernético *on-line* seria reversível? Ainda não há como saber. As avaliações mensais do IBOPE/Nielsen que colocam os brasileiros sistematicamente no primeiro lugar do mundo em atividades *on-line* significam que a vagabundagem dos sites de relacionamento e outras bobagens estão desviando os brasucas das atividades mais inteligentes? Trata-se de um mergulho na pura e simples alienação? Será que no Brasil a internet veio para confundir, e não para esclarecer, como pontificava Chacrinha? Finalmente, como alertam muitos outros pensadores além de Barbrook, a internet, em vez de libertária, seria também uma forma mais sofisticada de controle universal das populações? ■

NO MEIO DO CAMINHO

No Brasil, C&T avançam devagar. Em geral, com apoio estatal, que especialistas consideram ainda insuficiente. Já o papel das empresas é quase nulo | Rafael Hernandez

“É o maior crescimento da história do País, um feito notável da academia brasileira, que abre um novo horizonte”, disse no início de maio o ministro da Educação, Fernando Haddad. Ele se referia ao número de artigos científicos de autoria de brasileiros publicados em 2008 na mais conceituada base de pesquisa do mundo, o Institute for Scientific Information (ISI), que reúne material de mais de 16 mil revistas, livros e anais de congressos internacionais de todas as áreas da ciência.

Em sua comemoração, Haddad fez questão de sublinhar a relevância das ações realizadas pelo governo federal, em especial as dos ministérios da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia (MCT) nos últimos anos. Citou especialmente iniciativas como a instalação de laboratórios e equipamentos nas universidades e a expansão das bolsas de mestrado e doutorado concedidas, que explicariam o aumento de artigos brasileiros de 19,4 mil em 2007, para 30,1 mil em 2008 – o que fez do Brasil o 13º país com mais publicações.

Corroborando com o colega, o ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, citou, em texto veiculado no diário *Folha de S.Paulo*, os avanços que o País teria conseguido na área educacional por meio de suas agências de fomento, CNPq, Finep e Capes, além da elevação do orçamento do MCT. Mencionou o fato de que, “pela primeira vez na história”, o País possui um programa coordenado e com medidas práticas, o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação, com recursos

da ordem de 41 bilhões de reais para o período 2007-2010.

Os dados que teriam provado essa “revolução” na ciência nacional, porém, são contestáveis. Para o pesquisador Rogério Meneghini, coordenador científico do projeto SciELO, que visa reunir as mais conceituadas revistas científicas do Brasil, a informação divulgada por Haddad precisa ser contextualizada. O crescimento se deveu basicamente ao fato “de ter aumentado o número de revistas brasileiras na base ISI, de 65, em 2007, para 103, em 2008”, diz.

O QUE MELHOROU

No último ano, os responsáveis pela organização do ISI decidiram ampliar a base, especialmente em dois aspectos: abrangendo novas temáticas (como clima, desflorestamento, antropologia) e abrindo espaço para publicações de países com menor tradição em ciência. E foi nesse segundo item que o Brasil acabou favorecido e as revistas nacionais listadas aumentaram 58,5% em apenas um ano. Meneghini diz que, em seus cálculos, a elevação real da produção científica brasileira ficou muito abaixo do anunciado, entre 5% e 7%, se contadas apenas as revistas listadas em 2007. “O resto foi devido ao aumento do número de revistas brasileiras”, diz.

Ele cita também a relevância de se calcular outro fator, a citação de artigos científicos: “O volume de publicações é algo relevante, mas, se você se concentra unicamente nisso, comete um erro, pois a questão da qualidade está sendo deixada de lado”, diz. Nesse quesito, o País não vai tão bem. Em 2007 aparecia apenas na 25ª posição no ranking que contabiliza artigos citados por outros pesquisadores – apenas 57,65% dos trabalhos produzidos entre 2003 e 2007 foram mencionados.

Meneghini admite, no entanto, que ao menos em relação ao volume de publicações o resultado não é “inexpressivo” e que houve melhorias em indicadores diretamente ligados à pesquisa científica e a algo considerado por

muitos como produto da existência de uma base científica estruturada: o desenvolvimento de novas tecnologias.

O número anual de novos pesquisadores com título de doutorado passou de apenas mil, no início da década de 1990, para mais de 10 mil no último ano, e o de titulados mestres saltou de 5 mil para 30 mil no mesmo período. As bolsas de estudo concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para ambas as titulações também evoluíram, passando de 15 mil, em meados da década de 1990, para mais de 41 mil em 2008. O montante investido nas duas áreas (somando-se dispêndios da União e de estados, mais setor privado) passou de 15,2 bilhões de reais em 2000 para 37,3 bilhões de reais em 2007.

Mario Salerno, coordenador do Observatório de Inovação e Competitividade do Instituto de Estudos Avançados da USP, concorda com Meneghini e afirma que “o sistema [de pesquisa] está ganhando mais corpo”. Ele aponta mudanças na legislação, que deram mais liberdade e facilitaram os investimentos público e privado, especialmente a maior relação entre governo, universidades e empresas. Com isso, segundo ele, tornou-se mais fácil transformar o conhecimento adquirido com a pesquisa científica em tecnologias e inovação, pois antes as empresas que executavam esse tipo de projeto tinham de passar por uma burocracia excessiva – enviá-lo ao MCT, que após um longo tempo de análise dizia se o aceitava como um programa de desenvolvimento tecnológico, mandava-o para a Receita Federal e assim a empresa podia reduzir em até 8% do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) relativo aos gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D). Mas o trâmite era demasiado longo e não existia fiscalização apropriada.

PROBLEMAS PERSISTEM

À mesma medida que alguns avanços podem ser percebidos, persistem ainda muitas travas. Os contingenciamentos, isto é, a contenção dos gastos – provi-

sória ou não – previstos nos orçamentos públicos, são um deles. Salerno atribui o problema à “forma como é feito o Orçamento no Brasil, declaratório. E, quando não é aprovado, você começa o ano sem ter Orçamento, é uma coisa maluca”, diz. Ele reclama também da burocracia estatal: “Há um conjunto de amarras do Estado que continua prejudicando o desenvolvimento”, algo fundamental se o País quiser progredir.

Se o Estado brasileiro tem atuação problemática, a do setor privado no fomento à C&T é muito pior. Estudo realizado em 2007 pela pesquisadora Lea Velho, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), trata da formação de pesquisadores no País e deixa claro o baixo investimento realizado pelas empresas. “A empresa privada no Brasil é extremamente tímida, para colocar de

Meneghini: avaliar a qualidade da produção



Divulgação

maneira leve, na absorção de doutores”, diz. Ela aponta dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (PNAD), segundo os quais em 2004 o setor privado empregava apenas 3 mil doutores em seus quadros – como comparação, somente naquele ano se formaram mais de 8 mil. Ressalta ainda a importância da absorção desses profissionais pelo mercado, para equacionar os processos de inovação e tecnologia.

Essa massa de mão de obra qualificada acaba tendo como destino quase que unicamente universidades e centros de pesquisa públicos, onde estão mais de 70% dos doutores. Em países como a Coreia do Sul, reconhecidamente mais avançada na área, quase 60% desses profissionais estão trabalhando em atividades de P&D no setor privado. “O setor empresarial no Brasil investe pouco se comparado internacionalmente, por isso o maior problema para se criar tecnologia não é a ciência, mas sim a empresa”, reconhece Salerno.

Dados de 2005 apontam que as empresas industriais brasileiras com atividades de inovação investem em média 0,9% do faturamento em P&D, enquanto em países europeus como Alemanha, França e Holanda, esse número varia entre 2,2% e 2,7%. Não é à toa que o total de patentes concedidas dentro do país nesse mesmo ano foi de apenas 2,4 mil. Segundo a Organização Mundial de Propriedade Industrial (OMPI), países como China e Coreia do Sul tiveram desempenhos muito superiores, com 53,3 mil e 74,5 mil patentes respectivamente.

Meneghini concorda que o maior desafio do País agora não está na pesquisa científica, mas sim na pesquisa e no desenvolvimento dos conhecimentos em tecnologia. “Aqui, apenas 0,4% do PIB é investido no setor de desenvolvimento tecnológico, o que envolve, inclusive, os recursos das empresas, enquanto os EUA investem quase 1,6%”, diz. Lá, existe uma rede estruturada de instituições governamentais que disponibilizam recursos para as universidades avançarem nos conhecimentos básicos



Antoninho Perri/Divulgação

Dagnino: é preciso revolucionar o ensino

e também para as empresas realizarem pesquisa e criarem tecnologia. São expressivos os recursos em áreas como a militar e a aeroespacial.

Segundo Salerno, aqui até existe ajuda na forma de empréstimos, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas é algo pequeno dentro do que seria necessário. Nos países do Velho Continente, em média, 35% das empresas inovadoras recebem financiamento público para o desenvolvimento de atividades de P&D. No Brasil, essa proporção não passa de 19% (entre 2003 e 2005) e seria de grande importância devido às condições relativamente desvantajosas em termos de disponibilidade e custo do crédito.

AONDE VAMOS?

Renato Dagnino, professor do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diz que é necessária uma reinvenção da ciência no País: “Existe na cabeça dos cientistas o que nós chamamos de ‘modelo linear da inovação’, que supõe que a ciência vai gerar tecnologia, que vai gerar desenvol-

vimento econômico e que este vai gerar o bem-estar social. Essa ideia é tão disseminada pela comunidade científica que a sociedade toda acredita nisso”, diz.

Não existe, entretanto, “nenhuma evidência empírica” que sustente essa relação automática, avalia Dagnino. Ao contrário, há casos como os do Japão e da Coreia do Sul, que “não tinham absolutamente um sistema científico consolidado” que justificasse o tamanho de seu desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, a Inglaterra, com um excelente sistema científico, muito bem montado há muito tempo, não teve a mesma correspondência em tecnologia.

Segundo Dagnino, a ideia vigente é que “a inovação seja utilizada para dizer para a sociedade: ‘Estamos desenvolvendo mais recursos humanos para o desenvolvimento econômico e social. Esperem um pouco que estamos chegando lá’”. Para ele, esse tipo de ciência e progresso tecnológico não leva à melhora das condições sociais, que deveria ser sua meta básica, mas, ao contrário, conduz ao favorecimento das empresas, se tanto: “A única brecha que o Brasil tem para se desenvolver é naquelas tecnologias que têm a ver com a nossa realidade dos recursos naturais, da realidade social e econômica brasileira”, diz. “Teríamos de fazer uma revolução não só na pesquisa, mas também no ensino, de forma que pudéssemos iniciar um processo de capacitação e sensibilização para que as políticas de pesquisa e tecnologia tivessem esse enfoque”, afirma.

A questão apontada por Dagnino é importante e complexa, especialmente quando se leva em conta o rumo que se almeja para o País, pois a discussão sobre a ciência não pode ser reduzida ao (questionável) aumento da publicação de artigos científicos ou mesmo ao avanço de alguns indicadores no campo da pesquisa, que sozinhos não significam a melhoria do sistema em si. Embora não se possa ignorar que existem mudanças positivas em andamento, ainda é cedo para comemorar. ■

Retrato do **BRASIL**

Quer informação para compreender quatro décadas de história?

Retrato do Brasil, em suas duas edições, analisa os mais diferentes aspectos da sociedade brasileira, no período de 1964 a 2006. A primeira, em 4 volumes, abrange o período 1964-1984. A segunda edição, publicada em volume único, analisa 1984-2006. São textos, gráficos, tabelas e esquemas que ajudam a entender o que se passou nessas últimas quatro décadas nas áreas da ciência e tecnologia, ambiente, condições de vida, cultura, economia e política. Complementam as obras os depoimentos de personalidades de diferentes correntes de opinião e áreas do conhecimento.

**2 edições por apenas
3x R\$ 73,33***

** não incluso o valor do frete*



adquira já

acesse www.retratodobrasil.com

**ASSINE O BOLETIM DO
PORTAL DO IBASE**

Receba semanalmente artigos, entrevistas e matérias publicados na Agência Ibase, além do conteúdo da revista Democracia Viva e do Jornal da Cidadania.

Fique por dentro de uma visão cidadã sobre os acontecimentos no Brasil e no mundo!



www.ibase.br



iEtinho
Base